

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

Centralização de capital e “crise” do setor sucroenergético: especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho (SP)

Bruno Sigolo Coury

Prof(a).Dr(a). Samuel Frederico

Rio Claro (SP)

2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

BRUNO SIGOLO COURY

Centralização de capital e “crise” do setor sucroenergético:
especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho
(SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP
2016

910.91 Coury, Bruno Sigolo
C866c Centralização de capital e “crise” do setor sucroenergético :
 especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho
 (SP) / Bruno Sigolo Coury. - Rio Claro, 2016
 69 f. : il., gráfs., tabs., mapas

 Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) -
 Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
 Orientador: Samuel Frederico

 1. Geografia agrícola. 2. Vulnerabilidade territorial. 3. Especialização
 produtiva. 4. Cidade do agronegócio. 5. Indústrias de bens de capital. I.
 Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

BRUNO SIGOLO COURY

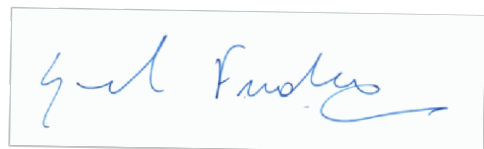
Centralização de capital e “crise” do setor sucroenergético:
especialização funcional e economia política da cidade de Sertãozinho
(SP)

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas -
Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para
obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

_____ (orientador)

Rio Claro, _____ de _____ de _____.



Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, que me sempre incentivaram com amor e apoio, sendo eternamente meu suporte para todas as fases de minha vida. Mais especificamente, ao meu pai José, por ser fonte de exemplo, inspiração e de amizade. À minha mãe Estela, pela gentileza demonstrada em todas as suas ações, guiadas pelo seu excelente e bem-intencionado coração. Agradeço à minha irmã Rafaella pelo companheirismo e vivência, pois ter o privilégio de ser seu irmão é como encarar o mundo: parece complicado à primeira vista, mas é extremamente apaixonante. Agradeço também a meus avôs James (“Jimmy” – in memoriam) e Danilo, pelo exemplo de caráter, responsabilidade e integridade que levarei pelo resto da vida.

Um agradecimento mais do que especial ao meu orientador Samuel Frederico, pela paciência dedicada a esse projeto desde o seu princípio, contribuindo de maneira inestimável para o meu crescimento enquanto geógrafo, e por ser um profissional dedicado, competente e atencioso.

Serei eternamente grato e orgulhoso de ter feito parte da “família Vuco-Vuco”, pela qual tive o prazer em conhecer desde as gerações mais antigas até as mais atuais e onde tive momentos inesquecíveis, de muita diversão, mas também de aprendizado. Obrigado também às meninas da Rep. Galápagos e aos Magrelos, grandes companheiros. Agradeço fortemente aos meus grandes amigos Flor (também pela elaboração do mapa presente nesse trabalho), Graveto, Preguiça e Tia, pelos bons momentos de camaradagem e por terem formado um vínculo de amizade que tenho certeza que durará por toda minha vida. Agradeço também a meus amigos de Ribeirão: meu “irmão” Cauê, Igor, Rayssa, Ana, Nayra, Aninha, Aulus e Marcatto.

Por fim, agradeço a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

Resumo

Este trabalho busca analisar as transformações recentes na economia política do município de Sertãozinho (SP), decorrentes da denominada “crise” e da crescente centralização de capital do setor sucroenergético, premente desde 2008. Sendo assim, procuramos contextualizar o processo de expansão da agricultura científica globalizada em nosso território, a qual selecionou alguns espaços com características específicas, que se reorganizaram para atender às demandas dessa prática agrícola moderna. Assim, surgiram cidades e espaços funcionais à mesma, como é o caso de Sertãozinho (SP), que teve seu crescimento atrelado à sua constituição enquanto cidade do agronegócio, especializada na produção canavieira e principalmente no fornecimento de serviços e bens de capital para as usinas de cana-de-açúcar. Dessa maneira, objetivamos analisar esse processo formativo do município, bem como as características em sua estrutura (ou seja, seu círculo espacial produtivo) que nos permitem realizar tal afirmação. Porém, não pretendemos apenas demonstrar esse quadro de forte especialização produtiva: também iremos ilustrar a expressiva vulnerabilidade de Sertãozinho (SP), especialmente após o processo de centralização de capital no setor sucroenergético, com a aquisição de usinas locais e regionais por grandes empresas internacionais, principalmente a partir dos anos 2000. Relacionadamente, buscamos analisar as origens da suposta “crise” recente do setor sucroenergético, procurando observar seus fatores causa e as consequências que esse momento econômico tem trazido para Sertãozinho (SP). Por fim, explicitamos as transformações no meio urbano construído, na divisão do trabalho e no território usado pelos diferentes agentes - principalmente, aqueles ligados à atividade canavieira - de Sertãozinho, mudanças essas extremamente negativas para a dinâmica socioeconômica do município e de sua população.

Palavras-chave: vulnerabilidade territorial; especialização produtiva; centralização de capital; “crise”; cidade do agronegócio; indústrias de bens de capital.

Abstract

This research seeks to analyze recent transformations in the political economy of the city of Sertãozinho (SP), arising from the so-called "crisis" and the growing

centralization of capital in the sugar ethanol sector, urgent since 2008. Therefore, we seek to contextualize the process of expansion of the global scientific agriculture in our territory, which have chosen some spaces with specific features, that were reorganized to meet the demands of this modern agricultural practice. So, arose cities and functional spaces, as is the case of Sertãozinho (SP), which had its growth pegged to its structure while an agribusiness city, specialized in sugar cane production, mainly in the supply of capital goods and services for the plants of sugarcane. In this way, we aim to analyze this formative process of the municipality, as well as the features in its structure (i.e., its productive space circle) that allow us to perform such a claim. However, we do not want just to demonstrate this strong framework of productive specialization: we will also illustrate the significant vulnerability of Sertãozinho (SP), especially after the process of centralization of capital in the sugar ethanol sector, with the acquisition of local and regional plants by large international companies, mainly from the years 2000. Related to this point, we aim to examine the origins of the so-called "crisis" recent in the sugar ethanol sector, seeking to observe his cause factors and the consequences that this economic moment has brought to Sertãozinho (SP). Finally, we have specified the transformations in the urban built, on labour division and the used territory, by different actors -especially those related to sugarcane activity - of Sertãozinho, these extremely negative changes to the socio-economic dynamics of the city and its population.

Key-words: territorial vulnerability; productive specialization; centralization of capital; "crisis"; city of agribusiness; capital goods industries.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	01
2. CONSTITUIÇÃO DE SERTÃOZINHO COMO UMA CIDADE FUNCIONAL AO AGRONEGÓCIO.....	03
2.1. Agricultura científica globalizada e a região de Ribeirão Preto.....	03
2.1.1. <i>A formação de redes e a seletividade dos espaços modernos.....</i>	<i>06</i>
2.2. A constituição de Sertãozinho como cidade funcional ao agronegócio.....	11
2.2.1. <i>O papel do Estado como fomentador da produção canavieira moderna.....</i>	<i>14</i>
2.2.2. <i>Reorganização e estruturação recente de Sertãozinho.....</i>	<i>16</i>
2.3. O circuito espacial produtivo da indústria de bens de capital em Sertãozinho.....	24
2.3.1. <i>O processo de formação da indústria de bens de capital em Sertãozinho.....</i>	<i>25</i>
2.3.2. <i>Círculos de cooperação e uso agroindustrial do território de Sertãozinho.....</i>	<i>28</i>
3. CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO BRASILEIRO.....	32
3.1. A fusão e aquisição de usinas e advento do capital externo.....	32
3.1.1. <i>A concentração de capitais no setor sucroenergético e o papel do Estado como seu agente catalisador.....</i>	<i>37</i>
3.1.2. <i>O processo de fusões e aquisições: suas principais etapas, consequências e alguns casos emblemáticos.....</i>	<i>40</i>
3.2. A “crise” do setor sucroenergético.....	43

3.2.1. Quadro atual do setor sucroenergético: “conflito” entre interesses do setor e participação do poder público.....	47
4. A INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL EM SERTÃOZINHO E A CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL NO SETOR SUCROENERGÉTICO.....	53
4.1. A “crise” e as consequências da centralização de capital para a indústria de bens de capital.....	53
4.2. O mercado de trabalho e a dinâmica populacional de Sertãozinho....	57
4.3. Verticalidades e vulnerabilidade territorial em Sertãozinho.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6. REFERÊNCIAS.....	66

1. Introdução

O modo com o qual o território nacional estava estruturado passou, a partir da década de 1970, por um processo de profunda transformação, causado pelo advento da globalização (SANTOS, 2000), período no qual a lógica do mercado capitalista se expandiu em escala mundial (CHESNAIS, 1996), através principalmente de práticas neoliberais e do processo de financeirização do capital (HARVEY, 2008).

Assim, tanto os espaços urbanos, quanto os rurais brasileiros sofreram modificações, à medida que estes iam sendo inseridos ou esquecidos por essa lógica modernizante e excludente. Esse processo foi realizado com o objetivo de inserir uma nova prática agrícola: tecnológica, moderna e especialmente guiada pelo interesse de grandes corporações internacionais.

Devido a esse contexto, diversas cidades brasileiras tornaram-se extremamente funcionais a esse novo modelo agrícola, o qual possui diversas demandas que são atendidas justamente pelos serviços urbanos, justificando essa transformação. Assim, surgiram as chamadas “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2003), as quais possuem suas estruturas socioeconômicas extremamente atreladas a uma única produção agrícola, difundida espacialmente em sua região.

Com base nessa contextualização, buscamos analisar a constituição histórica da cidade de Sertãozinho, localizada no interior do estado de São Paulo, enquanto totalmente inserida nessa conjuntura, já que o seu exemplo é emblemático para que possamos conceber esse processo alterador da realidade de diversos espaços brasileiros.

No caso de Sertãozinho, sua estruturação econômica recente se deu em torno da agroindústria canavieira, porém especialmente no fornecimento de serviços e bens de capital para as usinas e unidades envolvidas no processo produtivo da cana-de-açúcar. Dessa maneira, esse município passou por um acelerado desenvolvimento estrutural e econômico, totalmente vinculado a essa lógica, sendo detentor atualmente de um intenso parque industrial correlacionado à agricultura.

Porém, essa extrema funcionalidade a uma atividade monocultora

(especialmente no caso de uma commodity, cujo preço é controlado internacionalmente) torna Sertãozinho extremamente vulnerável a quaisquer alterações externas ao poder de decisão do município, o qual só detém os meios de produção, mas não o controle de seus rumos. No caso dessas variações serem negativas, os efeitos seriam totalmente abrangentes, atingindo a cidade como um todo.

Essa condição se intensifica graças ao processo de centralização de capital (HARVEY, 2008), típico do momento econômico atual, e que também se faz presente no setor sucroenergético nacional. Nesse caso, com o seu intenso crescimento, diversas usinas tradicionais (muitas vezes compostas por grupos familiares e/ou locais) foram adquiridas por grandes corporações internacionais (especialmente após os anos 2000), compostas por diversos acionistas, em um processo de fusões e aquisições (F&A) de unidades produtivas.

Por atuarem em escala mundial, estas empresas multinacionais deixam de estabelecer parcerias com empresas locais prestadoras de serviços e de bens de capital (como no caso de Sertãozinho), para fazer acordos com fornecedores de outros países, fato que traz severos prejuízos para uma cidade estruturada com base na dinâmica de uma única produção agrícola.

Vale destacar também o papel do Estado enquanto histórico fomentador da produção sucroenergética nacional, e, mais recentemente, sendo um articulador de políticas de financiamento e incentivo ao setor, atuando de maneira conjunta com o setor privado. Inclusive, chegando também a mediar a centralização de capital ocorrida de modo recente.

Soma-se a esses fatores o problemático momento atual do setor sucroenergético, tido pelos seus representantes como sendo de “crise”, no qual a produtividade das usinas decaiu expressivamente. Com relação a esse fato, as mesmas passaram a enfrentar uma situação de grande endividamento (especialmente após o ano de 2008 e a crise financeira mundial ocorrida), reduzindo assim seus investimentos no aperfeiçoamento de suas plantas produtivas e prejudicando a indústria de bens de capital em Sertãozinho.

A combinação dessas circunstâncias trouxe diversas consequências

negativas para a economia política da vulnerável cidade de Sertãozinho, a qual, após um período de grande ascensão, passa agora a enfrentar desafios como estagnação produtiva, recessão econômica e desemprego.

Sendo assim, buscaremos entender como essa excessiva funcionalidade (de regiões e cidades) a uma atividade agrícola regida pelos interesses de grandes corporações internacionais, confere primeiramente a esses espaços um status de vulnerabilidade territorial (ARROYO, 2006). Dadas essas condições, quaisquer alterações ocorridas no cenário capitalista mundial acarretarão em consequências sentidas principalmente na escala local, elo mais frágil dessa relação hierarquizada verticalmente, como é o caso de Sertãozinho.

2. Constituição de Sertãozinho como uma cidade funcional ao agronegócio

2.1. Agricultura científica globalizada e a região de Ribeirão Preto

Vivenciamos atualmente o período da globalização (SANTOS, 2000), o qual se caracteriza principalmente por apresentar uma predominância da lógica mundial do capital (apoiada em políticas neoliberais), aliada a uma grande quantidade de investimentos e de informação, elementos fundamentais para a sua expansão.

Com isso, nota-se que há uma difusão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999) em escala global (inclusive no setor agrário) especialmente executada pela ação das empresas transnacionais. Podemos observar que no que se refere ao caso brasileiro, a sua atividade agrícola passou por um processo de modernização de sua produção, de acordo com a lógica capitalista mundial e atendendo aos interesses de empresas hegemônicas do setor agroindustrial.

Assim, de acordo com Santos (2000), se estabeleceu também no território brasileiro uma “agricultura científica globalizada” a qual possui como principais fatores a competitividade, o largo emprego de técnicas, ciências e de informação,

além do grande volume de capital investido, o qual é fortemente controlado por grandes grupos, sendo estes formadores de monopólios econômicos e produtivos. Outra característica importante a ser ressaltada é a prioridade na produção de *commodities*, cujos preços são regulados internacionalmente.

Tornou-se necessário então que ocorresse em escala nacional uma adequação produtiva e espacial da agricultura, visando estabelecer esse processo de modernização, o qual requer sistemas avançados de técnicas e normas para sua viabilização. Vale lembrar que apenas alguns espaços são integrados ao mesmo, de maneira seletiva, fato que ocasionou na criação de “pontos” de inserção a essa lógica modernizante.

Ou seja, esses locais passam a possuir uma infraestrutura que possibilita essa reprodução acelerada de técnicas e formas, as quais são reproduzidas internamente e reguladas externamente, estando submetidas ao mercado global.

Como afirma Santos (1994):

“A produção material brasileira, industrial e agrícola, muda de estrutura; a estrutura da circulação e da distribuição muda, a do consumo muda exponencialmente; todos esses dados da vida material conhecem uma mudança extraordinária, ao mesmo tempo em que há uma disseminação no território dessas novas formas produtivas”.

Outra característica fundamental dessa agricultura moderna é a presença de grandes corporações, formadas, por exemplo, através do processo de fusões e aquisições realizado por capitais internacionais frente aos nacionais, e que possuem o controle sobre grande parte da produção agrícola e também dos já citados sistemas técnicos.

Isso evidencia uma forte concentração de capital característica desse sistema produtivo, assinalada através de oligopólios e oligopsônios, que, além de controlar a produção e circulação de determinado produto, determinam suas relações de troca na esfera mundial.

Porém, como afirma Elias (2008), não é unicamente o campo que se reorganiza e se especializa para o agronegócio, sendo que as cidades próximas do mesmo também passam por uma transformação, concentrando uma ampla

variedade de serviços voltados ao atendimento das necessidades da agricultura moderna.

Isso se explica pois esses sistemas citados estão pautados principalmente em ofertas de serviços presentes no meio urbano, já que é na cidade onde se concentram as formas de consumo produtivo e consumptivo – relativo às necessidades da população urbana - (SANTOS, 1993). Além disso, é na cidade que se dá a gestão e normatização das atividades agrícolas, visto que esta apresenta o comando técnico da produção.

Ou seja, as demandas da agricultura moderna por serviços e bens materiais, tais como mão de obra, insumos, sistemas de crédito e financiamento, sistemas de transporte, comunicação e logística, entre outros, se localizam no meio urbano, o qual passa por uma remodelação de sua cadeia produtiva e de consumo, além de um consequente crescimento demográfico e econômico significativo.

Pode-se observar então que a tradicional caracterização do quadro brasileiro, dividido entre regiões rurais (compostas pelo campo) e urbanas (compostas pelas cidades), passou por uma transformação, ocorrendo em uma atual configuração composta por um “Brasil Urbano”, com atividades rurais, e um “Brasil Agrícola”, que possui cidades modernas do agronegócio (SANTOS, 1993).

Dessa forma, a cidade nesse novo período e em alguns casos específicos submete-se e torna-se funcional ao rural, transformando a tradicional relação campo-cidade e acelerando o seu processo de urbanização, devido à instalação de cidades funcionais à atividade agrícola moderna, ou seja, ao agronegócio.

Assim, temos o caráter atual, de “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2011), no qual estas se especializam para suprir as necessidades específicas demandadas, de maneira que muitas áreas surgiram, se desenvolveram ou se reorganizaram atreladas às características da produção agrícola moderna, caracterizando regiões especializadas nessa atividade econômica.

Nestas cidades concentra-se a oferta de serviços necessários ao campo, e isso faz com que o município especialize-se não apenas com relação à sua produção agrícola, mas também para com seus serviços urbanos, como é o caso de

Sertãozinho/SP. Esse processo cria toda uma infraestrutura produtiva, fortemente especializada em alguns setores, e totalmente dependente do agronegócio e de suas variações na dinâmica econômica global.

2.1.1. A formação de redes e a seletividade dos espaços modernos

Para permitir um rápido fluxo de bens e capitais, redes são criadas, interligando Sertãozinho/SP, e cidades com caracterizações similares, aos grandes centros de decisões, nacionais e mundiais, o que faz com que as escalas municipais, locais e/ou regionais mantenham apenas o controle sobre a técnica, estando submetidas à lógica do capital mundializado.

Essas redes, de acordo com Mazzali (2000), são compostas pela relação de interdependência das empresas, entre si, e também com o espaço, pois é na dinâmica de ações entre os agentes produtivos e com as áreas de produção que se dá a realização de estratégias para a criação de arranjos organizacionais.

Ou seja, essa forma de organização se dá através da atuação de diversos agentes, especialmente grandes grupos internacionais, os quais irão modelar os espaços produtivos de acordo com seus interesses, através de investimentos e da aplicação de recursos, tecnologia e informação. Ainda, essa interdependência gera uma grande flexibilidade nessas relações, o que é fundamental para a instituição do agronegócio globalizado.

Vale ressaltar aqui que a dinâmica das redes, apesar de eliminar fronteiras entre diversos recortes territoriais (o que motivaria uma integração total e o fim de regiões com suas características específicas), recria a noção de região, a qual se dará agora de acordo com a inserção desta, podendo ser total, parcial ou quase inexistente, à lógica capitalista internacional.

Concomitantemente a esse fator, observa-se que a expansão da agricultura moderna no território brasileiro se dá de maneira seletiva e desigual, incorporando apenas alguns espaços à sua lógica modernizante. Esses espaços selecionados irão receber um grande montante de investimentos para que sejam criadas as especificidades fundamentais à implantação dessa prática agrícola recente e

também para que esses locais possuam uma elevada densidade técnica, necessária a essa atividade.

Consequentemente, estes espaços irão apresentar índices melhores de produtividade e rentabilidade com relação a outras localidades que não foram incorporadas a essa lógica, ou seja, proporcionando a eles uma grande especialização regional.

De acordo com Furtado (1992), esse crescimento produtivo e técnico possibilita um processo de acumulação e concentração de renda nessa região específica, a qual oferecerá vantagens comparativas com relação às demais, beneficiando apenas pequenas parcelas de nosso território.

Esse processo de modernização agrava ainda mais os processos de centralização produtiva e de capital do espaço agrário brasileiro, ao selecionar os locais e estabelecimentos agrícolas mais aptos para serem integrados a essa lógica desigual, o que causa uma verdadeira fragmentação do território (SANTOS, 2000). Afinal, o mesmo agora serve aos interesses do capital hegemônico, o qual segmenta os espaços de acordo com os fins desejados pelas grandes empresas.

Essa fragmentação decorrente da especialização regional se dá especialmente pelo ideário de competitividade, no qual cada parcela do território busca inserir-se, de maneira isolada e através de vantagens comparativas, à lógica modernizante do capital. Assim, esta competição deixa de ser uma característica tipicamente empresarial, passando a determinar também frações territoriais.

Com isso, são estabelecidas regiões competitivas (CASTILLO e FREDERICO, 2010a), consistidas basicamente em concentrar sistemas de normas e técnicas para obter uma grande eficiência produtiva (FREDERICO, 2012) em relação às demais regiões.

Camelini (2011) aponta que é a união entre a elevada produtividade dessas regiões, em conjunto com a fluidez a qual estas são dotadas, que confere às mesmas um alto grau de competitividade, o que evidencia o grande volume de investimentos aplicados não apenas na produção em si, mas como também em sua infraestrutura regional, criando essas características necessárias.

Essas “regiões competitivas” contrastam com um território que não possui, de maneira geral, a mesma densidade técnica e de investimentos, caracterizando um processo de polarização das mesmas. É importante ressaltar que esse fator contribuiu para aprofundar ainda mais as desigualdades sociais e regionais brasileiras, criando, através de uma forte seletividade espacial, “ilhas de eficiência” no território nacional (FREDERICO, apud ARAÚJO, 2012).

Além do que, as relações inter-regionais próximas deixam de existir ou se reduzem significativamente, já que a região integrada relaciona-se diretamente com o meio externo (através das redes mencionadas), ou seja, com as grandes corporações e o mercado internacional - agentes que não possuem interesses semelhantes aos locais e que empregam o uso do território (SANTOS, 1994; SILVEIRA, 2011) de acordo com seus próprios objetivos.

Devido à sua forte especialização produtiva, funcional e integrada à lógica globalizada, essas regiões tornam-se frágeis, (CASTILLO e CAMELINI, 2012), ou ainda, vulneráveis, já que a capacidade de autonomia e controle político das ações locais foge à região, sendo estes fatores determinados pelas grandes corporações e agentes externos.

Esses fatores determinam um quadro de uso corporativo do território (CASTILLO e CAMELINI, 2012), o qual é visto como um recurso para possibilitar a contínua acumulação de capital, sendo que atualmente não há grandes entraves, locais ou nacionais (cuja prática poderia ser realizada pelo Estado), que impeçam essa “modernização globalizadora” (SANTOS, 2002), a qual é excludente e seletiva.

Quanto à vulnerabilidade territorial, Camelini (2011) define-a como sendo a:

“fragilização espacial decorrente da especialização... que, por um lado, confere atributos de competitividade diferenciados para este segmento específico de atuação enquanto, por outro, diminui a autonomia local, à medida que insere o município num contexto de produção global, dentro do qual ele se torna extremamente funcional e alienado.”

Assim, têm-se regiões e cidades especializadas a uma atividade agrícola moderna, voltadas às suas demandas, mas que não possuem o controle sobre as

decisões acerca dessa dinâmica, a qual é controlada por grandes empresas, em diversos casos estrangeiras. Temos caracterizado então um processo de centralização e vulnerabilidade, presente em muitos, senão todos, territórios incorporados à dinâmica do agronegócio globalizado.

Essas regiões são reconstituídas de acordo com uma solidariedade organizacional (SANTOS, 1994), ou seja, se dão através de uma racionalidade e de uma lógica externa, a do capital mundializado, a qual dita os rumos e regula as ações do local. É o sentido contrário do que tradicionalmente formava uma região: a sua solidariedade orgânica (SANTOS, 1994), que se baseia nas relações horizontais realizadas pelos seus agentes sociais, que compartilhavam interesses mútuos entre si.

Podemos observar então que esses espaços considerados mais atraentes para o novo capital são reformados de acordo com o interesse empresarial, que cria e recria normas e funções para possibilitar uma rápida modernização e adaptação dos mesmos, permitindo uma veloz reprodução de capital. De acordo com essa caracterização, nessas regiões a conjuntura é tal que as verticalidades imperam sobre as horizontalidades (SANTOS, 1996 e 2000).

Pelo termo “verticalidades” entende-se que são compostas pelos princípios econômicos e sociais globais, externos ao local, e ditados pelos interesses produtivos e financeiros do grande capital, representado pelas corporações e grupos hegemônicos. Já as “horizontalidades” se baseiam na cooperação, também principalmente produtiva, realizada no local e pelos seus atores, de maneira contínua, e que constitui a base da região integrada tradicional.

Sendo as verticalidades impostas por agentes externos, os espaços tornam-se alienados (ISNARD, 1982), por se submeterem a motivações distantes. Também se interligam e se unificam a outros espaços (homogêneos entre si) de maneira artificial, descontínua e vertical (hierarquizada), evidenciando a já citada solidariedade organizacional e denotando a refuncionalização de espaços para a expansão do capital global.

A região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, é um exemplo característico de recorte territorial incorporado seletivamente a essa lógica, pois,

com a expansão do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1999), algumas áreas consideradas mais receptivas por sua infraestrutura prévia se tornaram centros econômicos, como é o caso da cidade de Ribeirão Preto, que já possuía características favoráveis à modernização de sua agricultura (ELIAS, 2003), tipicamente cafeeira até então, mas paulatinamente substituída pela canavieira.

De fato, teve início nessa região, a partir da década de 70, um processo de reestruturação urbana e regional, o qual buscou instalar as características fundamentais para a implementação do agronegócio da cana-de-açúcar, como a criação de redes agroindustriais, grande intensidade e aplicação de capital e tecnologia, instalação de meios técnicos para viabilizar estruturalmente esse processo, e uma forte especialização produtiva regional¹ (SILVEIRA, 2011).

Dessa forma, essa região passou pelas já referidas transformações, reorganizando sua atividade agrícola e setores urbanos adjacentes, com o objetivo de se instalar a denominada agricultura científica moderna. Isso compreende também a cidade de Sertãozinho e o seu contexto, e caracteriza essa região como sendo especializada produtivamente para o agronegócio, condição a qual Elias (2011) denominou de “Regiões Produtivas Agrícolas” (RPA's).

A principal característica desses recortes territoriais é a de atuar de acordo com o agronegócio globalizado, concentrando capitais e infraestrutura com o objetivo de obter padrões de elevada produtividade, densidade técnica, entre outros elementos já citados.

Estas regiões são compostas primeiramente por espaços urbanos que atuam como pontos nodais das redes do agronegócio, e também por espaços agrícolas modernizados, constituindo uma relação dinâmica na economia agrária, a qual se dá pela agricultura moderna e pelas suas trocas com outros setores da economia, como o industrial e o de serviços, necessários à efetivação do agronegócio.

Assim, a região de Ribeirão Preto foi uma das precursoras no país a atravessar esse processo, alterando sua dinâmica interna para atender interesses

¹Como demonstrativo, COSTA e BORGES (2012) apontam que a mesorregião de Ribeirão Preto foi a segunda que mais recebeu financiamentos no estado de São Paulo nos anos 2000, atingindo 2,42 bilhões de reais no ano de 2007, e isso em um estado que recebeu 65% dos recursos financiados na década.

externos, processo que teve início há algumas décadas, mas que se tornou mais intenso a partir dos anos 90 e que perdura até os dias correntes.

Ressalta-se então que essa região é tida como sendo competitiva e especializada à agricultura moderna atual, além de ser integrada à lógica do capital mundializado. Nessa caracterização, a cidade de Sertãozinho insere-se dentro dessa dinâmica ao se constituir como um espaço viabilizador da mesma, aqui percorrida brevemente, e por isso cabe agora discutir acerca da contextualização específica do município nesse contexto.

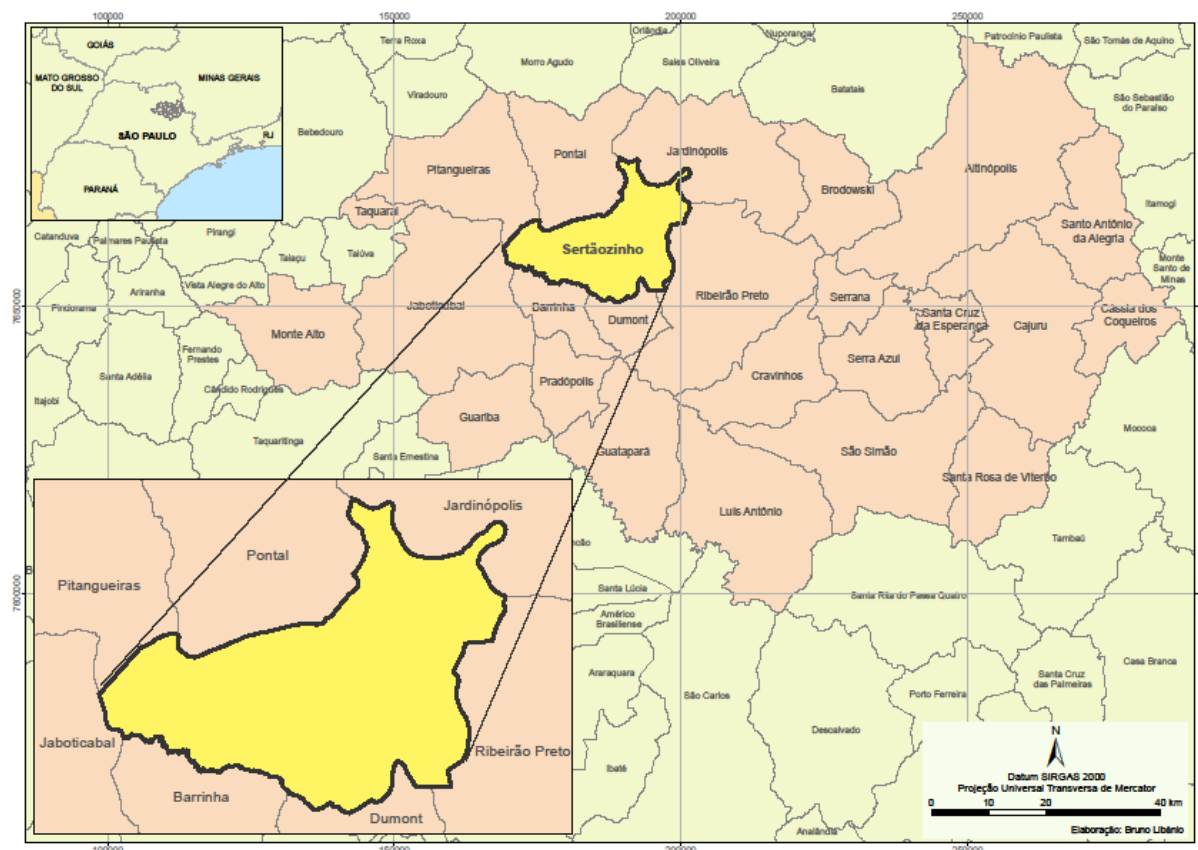
2.2. A constituição de Sertãozinho como cidade funcional ao agronegócio

Após uma breve explanação do contexto de inserção do agronegócio globalizado na região de Ribeirão Preto, cabe agora discorrer também sobre a caracterização de Sertãozinho dentro desse contexto, ou seja, a sua configuração histórica enquanto parte dessa dinâmica socioespacial.

Fundada em 1827 por uma comitiva de colonos oriundos de Minas Gerais, Sertãozinho logo passou a ter suas terras amplamente utilizadas para a agricultura (porém, na ocasião se destacava a policultura para subsistência), devido à relativa fertilidade de seu solo, e à grande disponibilidade de recursos hídricos próximos, como os rios Mogi-guaçu e Pardo (Fonte: Prefeitura de Sertãozinho).

Assim se iniciou uma vocação agrícola que permanece até os dias atuais, especialmente após sua elevação para a condição de município, ocorrida em 1906 (Fonte: IBGE – Cidades). Porém, o seu maior desenvolvimento e crescimento só viria posteriormente, com o cultivo em larga escala de seu principal produto agrícola: a cana-de-açúcar. Atualmente, Sertãozinho se constitui como um importante centro urbano regional, distante apenas 21 quilômetros da cidade de Ribeirão Preto, como pode ser observado no mapa abaixo:

Mapa 1 - Localização do município de Sertãozinho na região administrativa de Ribeirão Preto e no estado de São Paulo



Fonte: Secretaria de Planejamento do estado de São Paulo, 2016. Elaborado por Libânio, Bruno (2016)

De acordo com Elias (2003, apud DANTAS, 1972), o desenvolvimento econômico do município se deu de maneira atrelada à produção canaveira já a partir da década de 30, quando a produção cafeeira, predominante então, entrou em crise e foi progressivamente substituída pela cana-de-açúcar², quadro que foi se intensificando com o passar dos anos, até concentrar a imensa maioria da capacidade produtiva agrícola de Sertãozinho voltada a essa cultura³.

É importante ressaltar que, já no início desse processo, o dinamismo econômico do município se justifica não apenas pela atividade agrícola em si, mas

² De acordo com RAMOS (2011), Sertãozinho já contava com duas usinas e um engenho central até os anos 30, quando a crise mundial de 1929 e a superprodução cafeeira derrubaram o preço desse produto, intensificando o cultivo de cana de açúcar.

³ Segundo BORIN (2011), a produção canaveira se tornou majoritária no município a partir da década de 1940, suplantando o café, o algodão e a policultura.

pelo surgimento de serviços relacionados à mesma, especialmente os de assistência técnica e fornecimento de peças.

Este princípio se deve pela distância até a cidade de São Paulo (com grande oferta de serviços), a qual era considerada naquele período um obstáculo para os produtores municipais (aproximadamente 340 quilômetros), condição que motivou a criação de pequenos estabelecimentos especializados para atender à produção das usinas e suas necessidades.

Essa configuração possibilitou posteriormente o surgimento de um parque industrial na cidade, pautado principalmente em indústrias metalo-mecânicas, fortemente ligado à já consolidada agroindústria canavieira local e suas demandas produtivas. Com o decorrente crescimento dessa atividade, Sertãozinho passou a não só fornecer produtos e serviços em escala regional, mas como para diversos locais no Brasil, e até para a exportação⁴.

Borin (2011) ressalta essa estruturação ocorrida como:

“... um processo combinado de industrialização acentuada da produção açucareira no “campo”, que influenciou decisivamente a industrialização urbana, a qual, por sua vez, abastecia as necessidades da indústria açucareira no que tangia aos equipamentos e maquinaria pesada”.

Esse processo se intensificou quando, a partir da década de 1970, a cidade de Sertãozinho passou a ser incorporada na configuração de um processo de rápida expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999), acompanhando a tendência nacional de seleção de locais favoráveis para a instalação da agricultura científica globalizada, como era o caso também de sua região.

Assim, esse aporte de investimentos e tecnologias possibilitou que o município se tornasse um espaço dotado de fluidez, concentrando sistemas técnicos, para viabilizar a instalação de um complexo agroindustrial (MAZZALI, 2000) considerado moderno.

⁴ De acordo com dados do MDIC, no ano de 2015, o município de Sertãozinho exportou aproximadamente US\$ 340 milhões apenas em açúcares e álcool etílico.

2.2.1. O papel do Estado como fomentador da produção canavieira moderna

Porém, a intensificação extrema desse processo ocorreu no final da década de 70 e início dos anos 80, com a criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool), que surgiu como uma iniciativa governamental de estímulo à produção de álcool anidro para a produção de combustível, visto que o país atravessava uma crise energética, decorrente do quadro de tensão estabelecido na produção mundial de petróleo. Ainda, este veio para absorver a produção da agroindústria canavieira, que estava à beira da ociosidade e de uma superprodução, como afirma Szmrecsányi (1991).

Com isso, o Estado passou a financiar fortemente investimentos na produção agroindustrial moderna, a conceder créditos agrícolas e a aplicar projetos de infraestrutura, ações fundamentais para um maior desenvolvimento desse setor. No caso de Sertãozinho, com o grande crescimento da produção canavieira, as suas atividades industriais e de serviços também se beneficiaram indiretamente, consequentemente aumentando suas produções e vendas, e intensificando o parque industrial do município.

“Dessa forma, constatamos que o Proálcool foi o grande impulsor para a consolidação do complexo agroindustrial sertanezinho.” (SANT’ANNA, 2011)

Com o fim do programa, no início da década de 90, o Estado passou a se articular com o setor privado, fornecendo sistemas de créditos (principalmente através do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aos produtores agrícolas e aos de maquinário, de acordo com Costa e Borges (2012).

Além disso, foram criadas políticas de expansão do consumo de etanol (inclusive externamente, com iniciativas para o crescimento de suas exportações)⁵ e realizadas obras infraestruturais, para viabilizar e incentivar a produção agroindustrial nacional, fatores que beneficiaram os seus setores subjacentes.

⁵ A adoção oficial do termo “etanol”, em 2009, se caracterizou como uma tentativa para transformar o produto em uma commodity global, utilizando assim uma nomenclatura internacionalmente conhecida. Fonte: <http://www.unica.com.br/noticia/22677095920335416218/resolucao-da-anp-exige-que-postos-troquem-nomenclatura-de-alcool-para-etanol/>. Acessado em: 10/04/2016

Através desse contexto, o setor sucroenergético passou por um processo de relativa, porém não absoluta, desregulamentação estatal, tornando-se principalmente controlado por grandes corporações, nacionais e transnacionais, as quais determinam os diversos rumos do mesmo, à medida que estas aplicam investimentos no setor.

Assim, a partir desse período, a região de Sertãozinho se estabelece definitivamente como um polo sucroenergético, e, no seu caso específico, a cidade se firma também como grande prestadora de serviços e fornecedora de bens de capital integrados à agroindústria canavieira, situação que perdura até anos recentes.

A atuação conjunta entre os setores privado e público foi fundamental para o acirramento desse contexto, pois ambos realizaram historicamente um grande volume de investimentos na produção de cana-de-açúcar⁶ para que essa condição fosse alcançada. Assim, foram criadas as condições necessárias para um complexo agroindustrial moderno, em locais selecionados no território nacional pela lógica de mercado, como é o caso da região de Ribeirão Preto.

Essa afirmação demonstra-se nos seguintes preceitos: Ainda que atualmente o Estado não seja o principal gestor da produção sucroenergética, estando voltado principalmente a um processo de orientação da produção e do consumo, este permanece realizando subsídios, visando geralmente um melhoramento na produtividade das usinas e plantações, especialmente através do BNDES⁷.

Como apontado por Costa e Borges (2012), o Estado atua suprimindo a lacuna existente entre a oferta e a demanda por créditos ao setor, e busca realizar uma melhor alocação dos recursos destinados ao mesmo, muito embora no cenário atual possamos concluir que o setor privado ocupa a função de principal investidor e coordenador da produção sucroenergética. Porém, vale destacar que durante um longo período, e especialmente na vigência do Proálcool, o poder público foi o maior

⁶Segundo Costa e Borges (2012) em cinco anos, de 2004 a 2008, a cidade de Sertãozinho recebeu 131 milhões de reais apenas pelo BNDES.

⁷Ainda conforme Costa e Borges (2012), entre os anos de 2001 a 2008, o financiamento realizado por órgãos públicos ao setor sucroenergético alcançaram o montante de R\$ 20,27 bilhões, em grande parte realizados pelo BNDES, mas compreendendo também a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

financiador da agroindústria canavieira⁸, além de ter realizado práticas de forte protecionismo ao setor.

Já com relação ao setor privado, podemos ver que apesar de sua intervenção ter permanecido presente desde praticamente o início da produção canavieira em Sertãozinho e no Brasil, esta se intensificou especialmente a partir do início da década de 90, com a extinção do Proálcool e do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool – órgão governamental regulador da atividade canavieira nacional, criado em 1933) e com a adoção de políticas neoliberais pelo governo brasileiro, significando que a regulação geral do setor passou para o mercado capitalizado.

Com isso, as grandes corporações se fixaram como os principais agentes controladores não só da produção canavieira, mas como de sua circulação, venda e consumo, atuando com o aval e impulso das esferas governamentais e reordenando o uso do território de acordo com os seus interesses.

2.2.2. Reorganização e estruturação recente de Sertãozinho

Atrelada à modernização e expansão da produção de cana-de-açúcar, Sertãozinho passou por um notável crescimento populacional nas últimas décadas (sua população passou de cerca de 20 mil habitantes em 1970, para aproximadamente 110 mil em 2010, crescimento de 550% em apenas 40 anos – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010).

Também ocorreu de forma concomitante um crescimento de seus serviços urbanos: desde itens básicos (como saneamento básico, saúde, etc), até o comércio e consumo locais. Vale notar que atualmente 56% do PIB de Sertãozinho provêm do terceiro setor. (Fonte: IBGE – Cidades, 2016)

Ainda, ressalta-se aqui a predominância da agroindústria canavieira também no setor de serviços, fato que pode ser observado em suas três faculdades particulares (Faculdade Semar, Faculdades Anhanguera e FASERT – Faculdade de Sertãozinho), e duas públicas (FATEC – Faculdade de Tecnologia de Sertãozinho e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia), que oferecem cursos voltados

⁸De acordo com Baccarin (2009), tomando como fonte o TCU, os investimentos do setor público totalizaram 59,8% do total aplicado, nos anos de 1976 a 1985, período de auge do Proálcool.

à atividade agroindustrial, e nas instituições financeiras presentes na cidade, as quais fornecem créditos rurais aos produtores nas diversas etapas produtivas. (Fonte: IBGE e Prefeitura de Sertãozinho).

Além disso, visando o estímulo do setor sucroenergético, através da formação de mão de obra especializada à essa produção, o CEISE Br (Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis), oferece cursos técnicos e especializantes através da UNICEISE – Universidade Corporativa do Setor Sucroenergético, localizada em Sertãozinho, e também ministrando cursos à distância.⁹

Dessa maneira, cada vez mais a cidade se torna funcional à agricultura moderna, por apresentar suas produções urbanas (indústrias e serviços), as quais compõem uma imensa parte de seu PIB atual, fortemente especializadas e vinculadas à mesma, concepção a qual Santos (2000) denominou de “cidades do campo”.

De maneira mais atual, Elias (2011) considera que Sertãozinho se caracteriza como uma “cidade do agronegócio”, um conceito similar ao de Santos, e que consiste basicamente na caracterização de um espaço urbano, inserido nesse contexto agrícola, e em grande parte voltado ao atendimento das demandas do agronegócio globalizado, ou seja, com uma economia intensamente atrelada à agroindústria, nesse caso, a do setor canavieiro.

Nas palavras da autora, pode-se dizer que essa caracterização da cidade baseia-se naquela que: *“cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”* (ELIAS, 2007).

Isso ocorre, pois, como já apontado, a cidade concentra setores necessários à viabilização do agronegócio, como o de indústrias (maquinários agrícolas, caldeiras e implementos, entre outras), o faz com que a mesma seja o lócus do controle regional dessa atividade industrial, concentrando os sistemas de normas e técnicas necessários à mesma.

⁹Fonte: www.ceisebr.com. Acessado em: 04/11/2015

Com relação a essa conceituação, concordamos com Camelini (2011), quando este afirma que:

“A operacionalização desta visão conceitual se dá por meio da constatação da ampla dedicação ao atendimento dos requisitos do consumo produtivo da agroindústria sucroenergética, tais como a disponibilidade de força de trabalho, comércio especializado em veículos de campo, equipamentos, insumos e fertilizantes, presença de assistências técnicas, consultorias e organizações de classe.”

Dessa forma, Sertãozinho passa a ser dotada de uma especialização territorial produtiva (SANTOS & SILVEIRA, 2001), pois grande parte de suas atividades econômicas, não só a agrícola, estão voltadas para um único setor: o agroindustrial canavieiro, possuindo forte dependência deste.

Podemos observar então que, dada essa especialização, a produção local passa a atrair atividades complementares à mesma, que se concentrarão em sua área próxima, devido às vantagens econômicas de proximidade, gerando um efeito de sinergia. Esse efeito traz benefícios como, por exemplo, facilidades logísticas, intercâmbio de funcionários e conhecimentos entre as empresas e redução de custos de transporte.

Como a cidade e o seu entorno se concentram em uma principal atividade produtiva (considerando todas as suas fases), a qual orienta o uso tanto rural quanto urbano do território, podemos observar que Sertãozinho caracteriza-se por apresentar um *circuito espacial produtivo* (CASTILLO e FREDERICO, 2010 apud SANTOS, 1986) voltado à monocultura canavieira.

Os agentes inseridos nesse contexto (no caso de Sertãozinho, usinas, caldeirarias, serviços de assistência técnica, grandes corporações agrícolas, entre muitos outros) direcionam suas ações de produção, circulação e troca em torno desse ideal, constituindo um *círculo de cooperação* entre os mesmos (CASTILLO e FREDERICO, 2010 apud SANTOS, 1986).

Um fator que evidencia esse quadro de especialização é o fato de 90% (30.000 hectares, aproximadamente) da área agricultável de Sertãozinho ser voltada ao plantio de cana-de-açúcar (Fonte: PAM – Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE,

2014) sendo praticamente a única produção agrícola realmente expressiva no município, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 – Área plantada, produção e produtividade média de cana-de-açúcar, Sertãozinho, de 2004 a 2014

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Área plantada (mil ha)	30	30,44	30	32	30,45	30	30	30	30,3	31	30,4
Produção (mil ton.)	2.400	2.500,6	2.400	2.500	2.527,3	2.380	2.430,7	2.370	2.390	2.340	1.659
Produtividade (kg/ha)	80	82,1	80	78,1	83	79,3	81,2	79	78,9	75,5	55,3

Fonte: Fonte: PAM – Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 2014. Organizado por Bruno Sigolo Coury

Como pode ser observado, a área com cultivo de cana-de-açúcar permanece constantemente em torno dos 30 mil ha, porém seus índices produtivos atuais decaíram com relação ao período compreendido pelo início dos anos 2000 até 2008/2010, já que nota-se que recentemente a produção canavieira decresceu levemente no município. Apesar disso, seus indicadores sempre foram relativamente elevados, chegando a atingir mais de 2,5 milhões de toneladas por safra, como demonstrado.

Relacionada a essa especialização, temos a relevância do fator custo de transporte na produção, devido à necessidade de proximidade das plantações com relação às usinas (justificada pela quantidade do teor de sacarose na cana-de-açúcar, que diminui rapidamente após a colheita).

Isso faz com que o município concentre não só uma intensa produção agrícola canavieira, mas como suas atividades de processamento, realizadas em suas diversas plantas agroindustriais. Com isso, ele irá abranger não apenas a

produção de sua área territorial delimitada, mas como a dos municípios de seu entorno¹⁰, o que realça o destaque da cidade em caráter regional.

Vale notar que a especialização territorial de Sertãozinho se dá não apenas em sua produção canavieira, mas principalmente no fornecimento de bens de capital e serviços para as usinas em todo o território brasileiro e no exterior: assistência técnica, produção de caldeiras, equipamentos e até usinas completas.

Como demonstrativo dessa condição, nota-se que atualmente uma parcela significativa do PIB de Sertãozinho (aproximadamente, 42 %. Fonte: IBGE - Cidades, 2016) provém do setor secundário e a sua imensa maioria é voltada a esse complexo agroindustrial, com destaque para indústrias metalúrgicas, de maquinário, químicas e caldeirarias.

O grande valor que o setor secundário atribui à economia de Sertãozinho demonstra que a cidade, diferentemente de muitas outras funcionais à agricultura moderna, possui diversos serviços especificamente (especialmente o industrial) para o agronegócio, quando em um aspecto geral a característica principal dessas cidades é obter grande parte de sua economia através basicamente da atividade agrícola.

Esse fator caracteriza Sertãozinho como uma cidade dotada de maior expressão econômica no cenário nacional, estando situada em uma porção “superior”, ou ainda, mais “elevada” em uma hierarquização (medida através de ordens técnicas, econômicas e realizada de forma vertical) das cidades do agronegócio e constituindo uma condição única em sua região.

Isso porque seu espaço está constituído por diversas formas que viabilizam um complexo agroindustrial como um todo, já que este possui grande parte de suas demandas supridas no próprio município, além do fato de sua produção industrial ser voltada a outras cidades brasileiras e para a exportação.

Para demonstrar a importância que a agroindústria canavieira e seus serviços relacionados possuem para a economia do município, podemos observar a sua

¹⁰Conforme Ramos (2009), no ano de 2007 os municípios fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas de Sertãozinho totalizavam 28, incluindo a cidade de Ribeirão Preto e cidades de porte similares à Sertãozinho, como Barretos, Bebedouro e Jaboticabal, todas localizadas em seu entorno.

balança comercial externa: no ano de 2014, aproximadamente 73% das exportações de Sertãozinho se constituíram ou em produtos canavieiros propriamente ditos (açúcar e álcool etílico) ou em peças e maquinários para usinas (principalmente caldeiras, turbinas e máquinas especializadas). Do total exportado, aproximadamente 30% consiste unicamente em bens de capital gerais, evidenciando o peso significativo que esse setor possui para Sertãozinho. (Fonte: MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) ¹¹.

O quadro em sequência foi elaborado tendo o objetivo de demonstrar, quantitativamente, a composição atual do circuito espacial produtivo estabelecido em Sertãozinho:

Quadro 1 – Empresas Relacionadas ao Agronegócio da Cana-De-Açúcar em Sertãozinho, 2016.

Ramo	Quantidade	Empresas
Administração de Empresas Agrícolas	2	Passaredo Agropecuária; Carlos Guidi Júnior Agropecuária.
Armazenagem e Logística	6	M.A. Clagnan; COOPESA; Supricell Logística; Happening Logística; JAD Logística; Hortocon Armazenagem e Logística;
Assessoria técnica e Contábil	25	Casa da Agricultura de Sertãozinho; Sayeg & Sayeg Consultoria; A.M. Assessoria e Consultoria; Alternativa Assessoria Contábil; Solution; VV Assessoria Contábil; MBF Assessoria e Treinamentos; Contabilidade Assessoria Empresarial; Visão Contabilidade e Assessoria; Galo Assessoria; Fisco Contabilidade e Assessoria; ACF Assessoria Financeira; Castro & Carvalho Assessoria Contábil; AudCon; CLD Manutenções de Máquinas e Operatrizes; Sicaap; Dical; Filcen; Lubrisert; Escritório contábil Rio Branco S/A; Via Contábil Assessoria Empresarial; JVS Assessoria Contábil; EDM; Utility; ZETEC Serviços Contábeis; Campanini Contabilidade; Ajuste Assessoria.
Caldeirarias	51	Guidalini; Fusitec; Nova Etapa Equipamentos Industriais; Equipálcool Sistemas; Fenal Máquinas e Equipamentos; Calnil Indústria e Comércio; Fatoni Indústria e Comércio de Equipamentos; Austec; Elétrica WA; PCV Soldas; Rojas Usinagem e Caldeiraria; VG Tech; Caldeiraria e Tanoaria Martelli; CAMAQ Caldeiraria e Máquinas Industriais; FAEZA; J.G. Indústria Comércio e Recuperação; Rossin Caldeiraria; Dimagri; EGE Solda; Sert Inox; Fusitec; Caldex Usinagem e Caldeiraria; Cotasa Equipamentos industriais; Dedini; Servamil; Thamil; Mont Service Montagens; Lazzarini; Engevap Engenharia; S Caldeira; ASTEC Assistência Técnica em Caldeiras; Sermatec; MAC Manutenção Agrícola; Starmontil Montagens Industriais; JM Indústria e Controle de Qualidade; Epamil; HPB Engenharia e Equipamentos; Aiveca Implementos Agrícolas e Caldeiraria; Werc do Brasil; Mecal Mécânica e Caldeiraria; Rojas Caldeiraria; L.D.N Equipamentos Industriais; Calnil; P.B. Equipamentos Industriais; FAEZA;

¹¹Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo/balanca-comercial-brasileira-municipios>. Acessado em: 10/07/2016

		Virtus do Brasil; Britto Caldeiraria; Gogi Caldeiraria; Medeiros Caldeiraria; ERBA; Teixeira Caldeiraria;
Cooperativas e Sindicatos	8	Cooperativa de plantadores de cana do oeste do estado de SP (Copercana); Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar, e Álcool do Estado de São Paulo; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertãozinho; Sindicato Rural de Sertãozinho; Cooperativa de Crédito Mútuo a empresas do setor industrial; Cooperativa dos produtores de Cana, Aguardente, Açúcar e Álcool no estado de São Paulo; Associação dos plantadores de cana do Oeste do estado de São Paulo (Canaoeste); Sindicato dos trabalhadores nas indústrias de açúcar e alimentação.
Insumos, Implementos e Produtos agrícolas	12	Leoma de Lima Naito; Servet Agropecuária; Décio Rosa Implementos Agrícolas; DMB Implementos agrícolas; Aiveca Implementos agrícolas e caldeiraria; UTI Implementos Agrícolas; Fert Solo; Dria Implementos Agrícolas; Luft Precision Farming; Alcamo Química; Luft Precision Farming; CEPAL Mangueiras Agrícolas.
Maquinário, Automação e Equipamentos para indústrias	66	Indústria de Ferramentas Agrícolas Saran; LB Fabricação e Montagem; SMAR Equipamentos Industriais; AGAVIC Indústria Comércio e Equipamentos; WDV; Vibromaq Balanceamentos Industriais; Caldema Equipamentos Industriais; WRA Equipamentos Industriais; Eclipse Engenharia; WB Equipamentos; Garampo; Planusi Equipamentos Industriais; CAP Mecânica; Theodor Equipamentos Industriais; Aragão Equipamentos Industriais; LABOR; MACOY; Ecosand Sistemas; Coemasi Comércio de Equipamentos e Materiais; Apremoc Comércio e Assistência Técnica; Fernavan Indústria e Comércio; Coopcal; Sol Brinil; PVZ; Promac; Serflex; Racil Acessórios Industriais; TKS Equipamentos Industriais; SAC Agroindústria Mecânica; Itermontec Comércio Assistência Técnica Industrial; Promoen; VV Equipamentos Industriais; HMIC- Sertãozinho Equipamentos; Romestec; JR Mazer; GPN Equipamentos Industriais; Vemag; OTA Equipamentos; Petro Rio; Equifertil; MAC Manutenção Agrícola; Martineli Comercial; VVC Service; ControlSystem; Célula Automação Industrial; Mucci Automação e Montagens Industriais; AR Shott; Taquions Automação industrial; ATMA Automação; ASTEC; Autrônica; DLG Automação Industrial; Run-Time Automação Industrial; TNK Automação Industrial; AXIOHM Automação e Conectividade; Sermatel Comercial e Industrial; Authomathika Sistema; Jomape Automação e Instrumentação; Freio Max Máquinas Agrícolas; Usicana Equipamentos Agrícolas; Victória Máquinas e Equipamentos; Werc do Brasil; Jesimil Montagens Industriais; Sergomel.
Metalurgia, Siderurgia e Fundição	31	TGM Metalurgia; Metalúrgica São Judas; Fermaza; Brumazi; VR Zambianco; Totoli; Herom Indústria e Comércio; Colhe & Corte; CCM; Petroagro Metalúrgica; Mepal; PRC; Sermasa; Dedini; JW Companhia de Equipamentos inoxidáveis; Serval; ADDN Assistência Técnica do Comércio e Indústria; MBR Aços; ATS3 Indústria e Comércio de Produtos Siderúrgicos; Valfer Produtos Siderúrgicos; Fergal; MetalSert Fundição; Fundição Metálica; Ferrusi Fundição Industrial; Rebarbaco; Pama Mecânica e Fundição; Fundição Água Vermelha; JV Recuperação; Simisa Metalúrgica; TEC MAR.
Transportadoras	20	Rodonaves Transportes e Encomendas; Transcab Transportes; Grycamp Transportes; Transportes Juriti; Transportadora Rápido Sertãozinho; Supricell Logística; Transportadora Julli; Norte Paulista Transportes; Transportadora Dimer; Transportadora Elipur; Sertraza Transportes Ltda; Nitrans Transportadora; R.E. Transporte e Logística; Allcancy Transportes; Happening Logística; JAD Logística; Conecta Transportes; Transportadora Especialista; Transportadora Rocha; Help Transportadora e Prestadora de serviços agrícolas.
Usinas e Destilarias	11	Usina Santo Antônio S/A, Usina Santo Ângelo, Cia Albertina Mercantil e Industrial, Usina São Geraldo, Santa Elisa Vale Bioenergia S/A, Usina Açucareira São Francisco S/A, Delos Destilaria Lopes da Silva LTDA, Açúcar União S/A, ÁlcoolVale Destilaria LTDA, Irmãos Toniello e Destilaria Santa Inês LTDA, Cosan Unidade Sertãozinho.

Fonte: <http://www.listaamarela.com.br/busca/sp/sertaozinho/usinas>; www.guiamais.com.br; www.guiasertaozinho.com.br; <http://www.sertaozinho.com/industrias.shtml>;
Organizado por Bruno Sigolo Coury.

Como se pode observar no quadro 1, Sertãozinho apresenta uma intensa especialização ao setor sucroenergético, seja em suas indústrias de bens de capital, seja no seu setor de serviços: especialmente os de assistência técnica, financeira e de logística (abrangendo, de acordo com o demonstrado no quadro, um total de 31 empresas), além de suas transportadoras.

Dessa maneira, foi estabelecido através dos anos um circuito espacial produtivo em Sertãozinho, possibilitado por meio de investimentos em infraestrutura e logística, ações governamentais que incentivaram o consumo dos produtos canavieiros (como exemplo, pode ser citada a obrigatoriedade legal da adoção de álcool anidro à gasolina, atualmente no percentual de 27% - Fonte: Ministérios da Fazenda e Agricultura), além da procura por incrementos na capacidade produtiva, tanto de suas usinas como de seus serviços relacionados.

Todos esses fatores combinados permitem que seja realizada a afirmação de que Sertãozinho é atualmente uma cidade totalmente funcional ao agronegócio, situação que confere também um caráter de vulnerabilidade de sua economia, devido à mesma ser fortemente dependente de um único produto, regulado internacionalmente.

Como afirma Elias (2003)

“Todos os setores da vida de Sertãozinho decorrem da existência e crescimento da produção de cana e da agroindústria canavieira. No comércio e na prestação de serviços notamos a predominância dos que visam atender às necessidades impostas por esses dois setores”.

Tendo realizado essa breve contextualização, cabe agora detalhar rapidamente a composição da estrutura produtiva do município, especialmente no que se refere à sua produção de maior destaque: a indústria de bens de capital.

2.3. O circuito espacial produtivo da indústria de bens de capital em Sertãozinho

Como já citado nos itens anteriores, a cidade de Sertãozinho possui um amplo parque industrial, voltado à produção canavieira presente na região e em esfera nacional, e, como demonstrado previamente, esse setor compõe significativa parte da economia municipal. Dentre os seus principais segmentos produtivos podemos destacar as indústrias química, metalo-mecânica, caldeirarias, entre muitas outras, que produzem os bens necessários à agroindústria.

Para que possamos analisar de maneira abrangente a configuração de Sertãozinho no que se refere à sua indústria de bens de capital, empregaremos o conceito de circuito espacial produtivo (CASTILLO e FREDERICO, 2010 apud SANTOS, 1986). Esse conceito permite que possamos identificar a caracterização da dinâmica de Sertãozinho no que concerne principalmente: às diversas etapas de sua produção (produção em si, distribuição, troca e consumo), a sua disposição espacial e também seu setor produtivo específico (CASTILLO e FREDERICO, 2010).

Dessa maneira, buscaremos brevemente discorrer acerca dos elementos que nos permitem afirmar a constituição desse circuito. Para que possamos iniciar nossa análise, partiremos da já identificada predominante atividade produtiva: a referida indústria de bens de capital localizada no município, buscando primeiramente realizar uma contextualização histórica de seu estabelecimento.

Concomitantemente a essa etapa, buscaremos identificar os principais agentes que compõem essa caracterização, em conjunto com as relações realizadas entre si, que formam o círculo de cooperação (CASTILLO e FREDERICO, 2010 apud SANTOS, 1986) das etapas produtivas do referido circuito, e também a maneira com a qual o território municipal é organizado para viabilização desse complexo produtivo. Com esse procedimento, pretendemos obter a maneira com a qual se constitui a organização (espacial e material) e o uso do território produtivo da cidade de Sertãozinho.

2.3.1. O processo de formação da indústria de bens de capital em Sertãozinho

O surgimento de uma larga gama de empresas especializadas esteve, desde o princípio, relacionado às usinas canavieiras, ou seja, para suprir as necessidades destas em peças e equipamentos, seja na produção de novos produtos ou em seu conserto, em serviços de assistência técnica.

Dessa maneira, à medida que a cidade de Sertãozinho se especializava produtiva e territorialmente ao setor canavieiro, este crescia e se dinamizava, ampliando o seu peso econômico. O mesmo ocorria com suas indústrias anexas, que com o passar do tempo foram se expandindo em número e tamanho, possibilitando a produção de equipamentos mais avançados, chegando até a produzir usinas completas.

Faz-se importante ressaltar que, da mesma forma em que o setor sucroenergético passou por um elevado crescimento no período de auge do Proálcool, o seu setor industrial anexo também atravessou uma grande expansão, em consequência da primeira. Inclusive, é válido mencionar que os interesses das indústrias de bens de capital também foram incluídos nos investimentos do programa, para prosseguir com o crescimento do setor, como apontam Shikida, Moraes e Alves (2004).

No caso de Sertãozinho, esse fato contribuiu fortemente para que a sua capacidade produtiva se ampliasse significativamente, possibilitando avançar das “oficinas de fundo de quintal” (RAMOS, 2009) - modo o qual se organizavam, décadas atrás, os serviços de atendimento à produção canavieira - para os atuais variados empreendimentos, de diversos portes e atuações.

Com o início da década de 90, e o declínio da regulamentação estatal no setor sucroenergético, aliado à adoção governamental das políticas neoliberais, o setor privado passa a ser o principal agente orientador das estratégias econômicas para o crescimento da agroindústria canavieira. Dessa maneira, fato similar ocorreu à sua indústria relacionada, pois esta também teve que se modernizar e investir em sua capacidade produtiva e de inovação, acompanhando o padrão de gestão econômica atual.

Porém, é necessário ressaltar que, mesmo que o estado tenha perdido força em seu papel de controle da produção sucroenergética e esferas adjacentes, este ainda é muito importante para o setor industrial de Sertãozinho, pois possibilita às usinas brasileiras, através de financiamentos, a compra e modernização de suas máquinas¹².

Um importante exemplo é o programa “BNDES Finame”, que financia, dentre outros aspectos, a compra, produção e venda de bens de capital, arcando com até 90% (acordadas certas condições pré-estabelecidas) do custo do item a ser financiado, de acordo com dados do próprio banco¹³. Esse processo estimula e movimenta a produção metalúrgica e mecânica do município, além de seus serviços de assistência técnica, também requeridos por meio dos incentivos subsidiados a melhorias no setor.

Nos anos 2000, em conjunto com o crescimento paulatino da produção sucroenergética (motivado pelo rápido desenvolvimento atravessado por seu mercado), a indústria de bens de capital em Sertãozinho atingiu um patamar de grande aquecimento de suas produções, chegando a um estágio avançado de produção. Assim, foi constituída sua densa infraestrutura industrial, tal qual se pode observar nos dias atuais, e que conferiu à cidade o status de “polo sucroenergético” (Fonte: Prefeitura de Sertãozinho).

Como demonstrado anteriormente no quadro 1, o número de indústrias de bens de capital no município é amplo, compondo dezenas de empresas (com destaque para as de maquinário), e que em um aspecto geral constituem esse denso parque com centenas de empresas diversas correlatas ao setor, constituição que denota a expressiva especialização produtiva de Sertãozinho presente principalmente em seu setor industrial.

Algumas dessas empresas se destacaram nacionalmente em seus setores de atuação (especialmente metalurgia, caldeirarias e maquinário), vetorizando o crescimento econômico de Sertãozinho, dentre as quais podemos citar, por exemplo:

¹²Apenas no ano de 2010, de acordo com Xavier, Pitta e Mendonça (2012), o investimento financeiro do BNDES no setor sucroenergético alcançou a marca de R\$7,4 bilhões.

¹³Fonte: www.bndes.gov.br/bndesfiname. Acessado em: 17/04/2016

Oficina Pascoal, Saran, Caldema, Camaq, TGM metalurgia, Simisa, Tecomil, Brumazi, dentre muitas outras¹⁴.

Porém, concordamos com Elias (2003) quando esta afirma que uma das empresas que trouxe maior dinamismo e crescimento à cidade foi a Zanini Ltda. Criada na década de 1950 como uma oficina, essa empresa se desenvolveu rapidamente também na área de caldeiraria, ganhando um mercado antes dominado pela Dedini S.A., da cidade de Piracicaba.

Durante a ascensão do Proálcool, a Zanini passou por um grande crescimento, incentivando assim o surgimento de várias empresas, as quais surgiram para atender à demanda não suprida pela mesma, possibilitando a criação do efetivo parque industrial de Sertãozinho (ELIAS 2003; RAMOS, 2009). Atualmente, a empresa está subdividida em dois grupos: Renk Zanini e Sermatec Zanini¹⁵, com segmentos diferentes, mas ambas atuando na produção de bens de capital, característica das origens do grupo.

Ramos (2009) também destaca outras duas empresas como precursoras nesse organismo industrial do município: a ferraria Saran e a oficina Pascoal, pois, segundo as palavras da autora, estas são:

“exemplos de desenvolvimento do subsetor metalomecânico, das quais, atualmente, várias das unidades fabris presentes no parque industrial do município, seus proprietários ou operários fizeram parte do quadro funcional de alguma delas”.

Ambas as empresas se destacaram primeiramente não só como fornecedoras de peças e serviços, mas como auxiliadoras na formação de mecânicos e técnicos especializados durante décadas. Porém, elas foram perdendo espaço para novas firmas inovadoras, sendo que a antiga oficina Pascoal foi incorporada à Zanini Ltda., e atualmente a ferraria Saran não possui o mesmo dinamismo, apesar de ser a mais antiga indústria metalomecânica do município (RAMOS, 2009).

De maneira geral, são muitas as empresas que atuam, ou atuaram, como agentes vetorizadores da dinâmica industrial de Sertãozinho enquanto polo produtor

¹⁴Fontes: Ramos (2009), www.sertaozinho.com/industrias e www.guiasertaozinho.com.br. Acessados em: 24/11/2015 e 07/03/2016

¹⁵ Disponível em: <http://www.sermatec.com.br/historia>. Acessado em: 07/03/2016

e fornecedor de bens de capital para usinas e mercados diversos, em diferentes locais. Em nossa pesquisa, buscamos brevemente analisar alguns exemplos para ilustração dessa inter-relação.

Afinal, são estas empresas que nos expressam a configuração da cidade enquanto densamente especializada ao agronegócio da cana-de-açúcar, visto que no período atual o território obedece à lógica do capital corporacional, como afirma Santos (2000).

Pode-se notar então que o importante setor industrial do município é extremamente dependente da atividade sucroenergética, fazendo com que este esteja sujeito às suas variações, positivas ou negativas, como crises produtivas ou de comércio e consumo, situação que pretendemos observar de maneira mais aprofundada no capítulo de número três em nossa pesquisa.

2.3.2. Círculos de cooperação, parcerias público-privadas e uso agroindustrial do território de Sertãozinho

Um fator que nos auxilia a esclarecer acerca do modo de como a configuração dessa densa indústria se estabelece consiste nos benefícios econômicos que um estabelecimento obtém pela proximidade com seus consumidores e fornecedores, alcançando vantagens comparativas em comparação a localidades produtivas mais distantes.

Para explicar melhor, tomemos como exemplo uma caldeiraria: esta se beneficia pela localização de diversas usinas próximas a ela, no município de Sertãozinho e em seu entorno, fato que explica a sua instalação nesse local, pois estará próxima de seus consumidores. A partir do momento em que esse tipo de empreendimento está estabelecido, começam a se instalar uma série de empresas voltadas a fornecer peças menores e outros materiais necessários à produção de caldeiras. Dessa maneira, essas firmas também irão se realocar, instalando-se próximas à caldeiraria exemplificada, devido às vantagens citadas.

Essas relações inter-empresariais, voluntárias ou não, denotam a realização de círculos de cooperação (CASTILLO e FREDERICO, 2010) entre os agentes de sua indústria de bens de capital, o que concede ao setor maior dinamismo e

crescimento. Isso ocorre porque esse processo facilita a logística e o transporte internos ao município, e interfere desde dinâmicas de grandes empresas, responsáveis por ter ampliado intensamente esse setor no município, a microestabelecimentos.

Enquanto o setor sucroenergético foi crescendo em esfera nacional, assim aumentavam também o volume de negócios realizados e a capacidade produtiva da cidade de Sertãozinho, a qual passou a configurar um complexo circuito espacial produtivo (CASTILLO e FREDERICO, 2010) em torno de sua indústria de bens de capital.

Porém, como afirma Santos (1994), no atual período de globalização os círculos de cooperação não se mantêm apenas nos aspectos regionais e locais do município, passando a abranger uma escala mundial, o que evidencia a interdependência de Sertãozinho enquanto polo produtor, com relação à região de seu entorno.

Como exemplo, basta observar os parceiros comerciais de empresas (selecionadas para fins de ilustração) como a Caldema e Brumazi: A primeira realiza trocas e cooperação com o grupo francês Alstom, mas com sua planta localizada na África do Sul, além de diversas empresas distantes nacionalmente, enquanto que a segunda se relaciona com empresas como Alstom e Fives Lille (França), Howden (Reino Unido) e Voith Siemens (Alemanha) ¹⁶.

Esse fator evidencia que, apesar das facilidades com relação à proximidade obtida no município, estas se restringem apenas ao seu território especificamente, fazendo com que o mesmo não estabeleça grandes relações com sua região, principalmente com relação à indústria de bens de capital (exceção feita à venda de seus produtos às usinas regionais).

Assim, o município pode se relacionar diretamente com seu mercado consumidor distante (como países que são destino de suas exportações), rompendo suas solidariedades orgânicas regionais (SANTOS, 1994), fator tipicamente evidenciado em um território voltado à agricultura científica globalizada.

¹⁶ Fonte: www.caldema.com.br/parceiros e www.brumazi.com.br/historico. Acessados em: 08/03/2016

Vale ressaltar também a atuação do poder municipal em sua configuração industrial, ao conceder subsídios e incentivos fiscais para a instalação de empresas na cidade, além de obras infraestruturais para aperfeiçoamento da logística produtiva de Sertãozinho. Especialmente, destacamos a criação de locais específicos para sua disposição espacial, ou seja, distritos industriais¹⁷, visando à regulação dessa atividade e a obtenção de facilidades estratégicas pela logística locacional da produção.

Assim, além dos círculos de cooperação existentes entre as empresas do setor, estas também se relacionam com o poder público local, o qual atua em conjunto com as mesmas, visando uma maior facilitação de suas atividades e possibilidade de ganhos competitivos frente a outros locais com características produtivas similares.

Complementarmente, a logística infraestrutural do município é um fator importante a ser observado: No trabalho de campo que realizamos em Sertãozinho, notamos que, com exceção de seus distritos industriais, uma imensa quantidade das empresas do setor localizam-se em uma área no entorno da rodovia Armando Salles de Oliveira (SP-322), devido à proximidade entre as mesmas e às facilidades para escoamento de sua produção, conferindo um status de fluidez às mesmas.

A continuação dessa rodovia (Rodovia Atílio Balbo) é a principal conexão do município com a cidade de Ribeirão Preto (centro regional dotado de significativa infraestrutura), e para com a rodovia Anhanguera (SP 330) ¹⁸, principal ligação rodoviária da região a centros urbanos como Campinas e São Paulo, o que denota a importância de sua manutenção constante para a economia local.

Apontamos também a instalação e recuperação de estradas vicinais que ligam a produção agrícola às usinas, e estas à cidade (centro do consumo produtivo), como fundamental para o efetivo funcionamento logístico desse circuito espacial produtivo.

¹⁷ De acordo com Ramos (2009), atualmente o município conta com cinco distritos industriais, sendo que dois destes, incluindo o distrito precursor local – Maria Luiza Biagi –, foram criados pela prefeitura, a partir da década de 1990.

¹⁸ Fonte: www.der.sp.gov.br. Acessado em: 10/05/2016

Podemos observar então que também se faz necessária uma cooperação mais abrangente, entre poderes públicos de escala estadual (responsáveis por essas rodovias, ou ao menos pela concessão das mesmas) e o setor privado, observado nas usinas e indústrias de bens de capital, para que determinados pontos selecionados (como a cidade de Sertãozinho) possam ter destaque comparativamente a outras regiões, o que é possibilitado através da conjunção dos atores públicos e privados.

Além desses projetos infraestruturais, o poder municipal atua em parceria com o CEISE Br e com o SEBRAE/SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo) na efetivação de alguns programas, tais como: o DEMP (Departamento das Micro e Pequenas Empresas), o Centro de Pesquisa do Setor Sucroenergético, o GCOMEX (Grupo de Comércio Exterior) e a Incubadora Empresarial de Sertãozinho, os quais buscam subsidiar o surgimento e desenvolvimento de pequenas empresas relacionadas à potencialidade do município¹⁹.

São projetos que demonstram a concepção de Sertãozinho enquanto portador de múltiplas empresas de diversos portes, voltadas à indústria de bens de capital, sendo que estes foram responsáveis por propiciar o surgimento de dezenas destas, possuindo atualmente oito empresas residentes, de acordo com o material de divulgação realizado pelo CEISE Br.

Devido aos diversos fatores e características analisados, é possível observar que o território de Sertãozinho organiza-se espacialmente para conferir vantagens comparativas a seu maior destaque: suas indústrias de bens de capital, vinculadas ao setor sucroenergético.

Isso significa que suas articulações internas voltam-se especialmente para o setor agroindustrial, unindo o setor público municipal e também diversos segmentos privados, que cooperam entre si para atingir esse citado grau de destaque econômico do município, chegando ao cenário atual.

Porém, essa elevada dinâmica econômica municipal começou a entrar em um processo de desaceleração, e até estagnação de sua produção, devido

¹⁹Fonte: www.ceisebr.com.br. Acessado em: 14/03/2016

principalmente à suposta “crise” que o setor sucroenergético nacional começou a atravessar a partir do ano de 2008, a qual possui uma série de fatores correlacionados como causa.

Como observado, a indústria de bens de capital de Sertãozinho é extremamente funcional à produção canavieira, e consequentemente, quando esta entrou em um processo de recessão, o mesmo ocorreu com a primeira, tendo profundas consequências para o setor industrial, situação que pretendemos analisar de maneira mais completa nos capítulos seguintes de nossa pesquisa.

3. Centralização de capital no setor sucroenergético brasileiro

3.1. A fusão e aquisição de usinas e o advento do capital externo

Uma consequência típica dos processos combinados de globalização e expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2000), vivenciados atualmente, consiste na crescente concentração e centralização do capital em escala mundial (SMITH, 1988). Essa característica foi possibilitada através de alguns elementos, tais quais: a sobreacumulação de capital ocorrida a partir da década de 70 (HARVEY, 2008; ARRIGHI, 2008) e a hegemonia das políticas neoliberais iniciada nos anos 80 (HARVEY, 2008; SILVEIRA, 2008).

A partir desse período, muitas empresas obtiveram meios econômicos (endividamento de diversos setores e companhias nos anos 70) e políticos (práticas governistas neoliberais) para expansão de seus capitais, comprando outros grupos ou unindo-se a eles, movimento possibilitado através dos referidos processos e também pelas facilidades de informação atuais (SANTOS, 2000), originando assim grandes grupos e corporações internacionais.

Inicialmente, faz-se necessário realizar uma distinção entre os processos de concentração e centralização de capital: por concentração entendemos que significa um aumento do capital através da capitalização de mais-valia (ou seja, o lucro) por um capitalista individual, enquanto que o processo de centralização de capital (distinto, porém relacionado ao primeiro) consiste basicamente na aquisição e fusão

de capitalistas concorrentes, ou seja, a junção de capitais individuais em um único (BUKHARIN, 1969; SMITH, 1988).

No processo abordado de expansão da agricultura científica globalizada, conjuntura característica de anos recentes, esse processo centralizador também se faz efetivo, e, como é o caso de nossa pesquisa, especificamente no setor sucroenergético. No caso brasileiro, ocorreu uma crescente centralização de capital nos últimos anos, com diversas aquisições de usinas por grandes grupos internacionais. Por exemplo, a participação das empresas estrangeiras na indústria da cana-de-açúcar no Brasil cresceu de 1%, em 2000, para mais de 25%, em 2010 (SPADOTTO, 2013).

Um dos principais fatores causadores do início desse processo centralizador consiste na já citada passagem de controle majoritário do setor sucroenergético: do poder estatal ao setor privado, ocorrida na década de 1990, principalmente com o fim do Proálcool e a extinção do IAA, fatos que marcaram o início da relativa desregulamentação estatal brasileira no setor.

Devido à acentuada diminuição protecionista do Estado e à abertura do mercado brasileiro ao exterior, as usinas passaram a apresentar índices mais baixos de produtividade e competitividade, chegando a custos de produção superiores aos preços de mercado, também porque o momento consistia em uma superoferta de seus produtos, diminuindo ainda mais a cotação dos valores do etanol e açúcar e acarretando prejuízos econômicos para as agroindústrias.

Soma-se a esse quadro o fato do preço do açúcar no mercado internacional ter passado na época por diversas oscilações, com períodos de intensas baixas, como destaca Martin Neto (2009), e o interesse pelo etanol estava desaquecido, devido principalmente à desvantagem econômica com relação à cotação internacional da gasolina no período.

Sendo assim, no final dos anos 1980 e durante a década de 90 praticamente inteira, diversas empresas do setor (especialmente as que menos investiram em vantagens comparativas de mercado e em novas tecnologias para ganhar em competitividade) apresentavam situações de endividamento, produções

desaceleradas²⁰, e também muitas falências, estabelecendo um quadro propício ao advento do capital externo.

Para Shikida, Moraes e Alves (2004) e Vian e Belik (2003), isso se explica principalmente porque a presença do Estado até então garantia ao produtor uma rentabilidade mínima, através não só de subsídios financeiros, mas pela criação de cotas de produção e fixação de preços e criação de reservas de mercado aos produtos canavieiros.

Conforme nos aponta Ramos (2011):

“Embora a extinção do I.A.A. seja o que se destaca quando se fala em fim da intervenção, o fato é que ela foi apenas uma medida ao longo de um processo iniciado com o fim do monopólio da autarquia nas exportações e com o fim das quotas de comercialização interna de açúcar, ambos ocorridos em 1988. A medida mais protelada e de maior impacto foi o fim da administração de preços de três de seus principais bens: o da cana, o do açúcar cristal standard e o do álcool hidratado”.

Devido às medidas governamentais destacadas, as usinas tornaram-se dependentes, com lucros mínimos garantidos e, de acordo com os autores citados, não investiram adequadamente em fatores como novas tecnologias e maior produtividade, para que pudessem alcançar um status de competitividade “independente”, sem necessidade da forte intervenção estatal que durou um longo período.

Soma-se a isso o choque entre os diversos interesses que compunham os elementos participantes do setor sucroenergético (usinas, produtores agrícolas, indústrias, fornecedores de bens de capital, etc), ocorrido com o fim de um plano em comum gerenciado pelo governo até então. Essa fragmentação dificultou a elaboração de uma estratégia de regulação em escala nacional, que beneficiasse a produção como um todo, condição que aumentou a competição entre os grupos canavieiros (e as diferentes regiões produtoras) e também agravou as más condições das empresas relacionadas à cana-de-açúcar nesse momento.

²⁰Conforme informado por Shikida, Azevedo e Vian (2011), a capacidade produtiva de álcool das usinas no final do século era de 16 bilhões de litros, porém a produção real atingia o índice de apenas 12 bilhões.

Dessa maneira, a partir do início dos anos 2000, uma série de corporações estrangeiras se beneficiou do momento de fragilidade e abertura do setor para poderem se inserir no mesmo, através da compra (ou junção de capitais) de diversos parques produtivos já instalados, processo conhecido como o de fusões e aquisições (F&A). Para Siqueira (2013), a profissionalização do setor e a recuperação das usinas através de sua capitalização no mercado internacional foram os dois maiores estímulos ao crescimento desse processo.

Assim, os grandes grupos nacionais e internacionais puderam expandir sua capacidade de produção e alcance de mercado por meio da compra de infraestruturas previamente estabelecidas, necessitando principalmente de atividades de modernização das mesmas. Essa prática se mostrou ser mais rápida e barata do que o investimento na construção de novas unidades produtivas, estratégia que possibilitou retornos mais imediatos então.

Com a recuperação financeira e estrutural das usinas (através de uma grande injeção de capitais e investimentos em tecnologia e produção, visando custos menores e mais competitividade), aliada ao crescimento do mercado interno e externo (graças principalmente ao surgimento do carro “*flex fuel*” em 2003 e também ao início da exportação de etanol) os rendimentos obtidos com o setor se tornaram amplamente viáveis.

Dessa forma, o mesmo tornou-se novamente competitivo no período referido, pois suas diversas empresas conseguiram apresentar elevados padrões de eficiência produtiva, capacidades tecnológicas e estratégias agressivas de mercado. A combinação desses fatores é responsável por motivar o progressivo aumento do capital externo (denotados no termo “investimentos estrangeiros diretos” - IED) no agronegócio canavieiro ao longo dos anos, especialmente a partir do começo da década de 2000.

Ressalta-se também que o Brasil possui alguns benefícios comparativos internacionalmente, como grande mercado consumidor e mão de obra barata, possibilidades de expansão agrícola, características edafoclimáticas positivas, e, mais recentemente, a abertura de seu mercado, possivelmente o maior incentivo para que fosse viabilizada essa inserção de capital externo.

Além do mais, o mercado de etanol começou a atravessar um grande crescimento, devido ao crescente interesse global ao mesmo, que continua sendo vendido enquanto combustível renovável e menos poluente e visto como alternativo ao uso de combustíveis fósseis tradicionais, ou seja, tido como uma fonte de energia “limpa”.

Assim, o setor sucroenergético passou por um significativo crescimento no início dos anos 2000, em termos de área plantada e quantidade produzida²¹, motivado pelo aquecimento do mercado e aplicação de capital externo, o que incentivou a atuação de novos investimentos (públicos e privados) ao setor, pois os ganhos com o mesmo foram relativamente positivos, situação que pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 2 - Área plantada, produção total e produtividade de cana-de-açúcar no Brasil, região Centro sul e estado de São Paulo, de 2005/06 a 2016/17

	05/06	06/07	07/08	08/09	09/10	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16	16/17 (Previsão)
Brasil												
Área plantada (mil ha)	5.840	6.163	7.010	7.058	7.409	8.056	8.363	8.485	8.811	9.004	8.654	9.074
Produção (mil ton.)	431,4	474,8	571,4	571,4	604,5	623,9	560	588,9	658,8	634,8	665,6	691
Produtividade (mil kg/ha)	74,3	77	81,5	80,9	81,5	77,4	67	69,4	74,7	70,4	76,9	76,1
Centro-Sul												
Área plantada (mil ha)	4.744	5.020	5.952	5.989	6.310	6.923	7.214	7.360	7.735	7.978	7.687	8.090
Produção (mil ton.)	373,7	410,7	502,2	505,9	542,8	560,5	494,9	533	602,1	575,4	616,8	637,7
Produtividade (mil kg/ha)	78,9	81,8	84,4	84,5	86	80	68,6	72,4	77,8	72,1	80,2	78,8
São Paulo												
Área plantada (mil ha)	3.147	3.288	3.824	3.882	4.130	4.357	4.370	4.419	4.552	4.686	4.498	4.747
Produção (mil ton.)	265,5	284,8	340,5	345,7	362,7	361,7	305,6	330,7	372,8	341,6	367,6	381,7
Produtividade (mil kg/ha)	84,4	86,6	89	89	87,8	83	69,9	74,8	81,9	72,9	81,7	80,4

Fonte: Dados série histórica CONAB. Organizado por Bruno Sigolo Coury

Nas três esferas analisadas, nota-se que a expansão da área plantada cresceu de maneira progressiva (exceção feita à safra de 2015/16), tendo uma

²¹A área de cultivo canavieiro cresceu aproximadamente 37% e a quantidade de cana-de-açúcar produzida aumentou em 45%, nas safras de 2005/2006 a 2014/2015, de acordo com dados da CONAB 2016.

previsão recorde para a safra 2016/17. Ressaltamos a grande relevância da região Centro-Sul, e, dentro desta, do estado de São Paulo como fortes centros produtivos (apenas São Paulo deve concentrar 52,3% do total do campo de cana-de-açúcar em 2017), importância esta que se manteve mesmo com esse período expansivo, o que demonstra uma grande especialização regional a esse cultivo.

Porém, o crescimento da produção, apesar de significativo, não acompanhou proporcionalmente a expansão do plantio, o que fez com que os índices de produtividade apresentassem uma queda recente (como notamos ter acontecido também em Sertãozinho). Assim, observamos que investimentos em melhorias na produção (que beneficiariam setores correlatos à produção, mas que não foram tão amplamente empregados) poderiam trazer maiores rendimentos às empresas, opondo-se à tradicional prática de ampliação da área plantada para se obter uma maior quantidade colhida.

3.1.1. A concentração de capitais no setor sucroenergético e o papel do Estado como seu agente catalisador

Concomitantemente, a forma de gestão das empresas do agronegócio canavieiro se transformou, passando de grupos fechados (em muitos casos familiares) para sociedades anônimas de acionistas, com diversos interesses participantes nos rumos da mesma.

Inclusive, evidencia-se que alguns grupos como Cosan (o primeiro a realizar sua abertura, em 2005²²), São Martinho (em 2007), Guarani (comprado pelo grupo Tereos, listou suas ações no mercado em 2010) e NovAmérica (empresa associada com o grupo Raízen)²³, entre outros, abriram seus capitais para capitalização junto ao BM&FBOVESPA, fato que demonstra essa referida mudança, com cada vez mais aplicações externas e abertura corporacional, típicos do momento de gestão econômica atual.

²²Atualmente, o grupo disponibiliza pela Raízen, um montante de 75 milhões de reais em debêntures para captação pública. Fonte: http://www.raizen.com/sites/default/files/prospecto_raizen.pdf. Acessado em: 21/11/2015

²³Dados disponíveis em: <http://www.saomartinho.ind.br/>; <http://www.aguarani.com.br/institucional/>; <http://www.novamerica.com.br/historia>; Acessados em: 04/05/2016

Siqueira (2013) ressalta que o potencial de concentração do setor sucroenergético ainda é muito significativo (principalmente através do capital estrangeiro), devido às diversas possibilidades de novas fusões e aquisições no cenário brasileiro²⁴, ainda presentes.

O autor aponta ainda que a concentração presente nas empresas distribuidoras dos produtos canavieiros é ainda maior (índice de concentração calculado pelo autor em 58%, com comparação a 35% das agroindústrias canavieiras em si), juntamente com as indústrias de alimentos e bebidas (principal destino interno do açúcar produzido no Brasil), o que ressalta o forte oligopólio construído em diversas etapas da produção a partir desse período, sendo este fortemente controlador dos rumos do setor.

De fato, segundo reportagem identificada no jornal “Novacana.com”, edição de Julho de 2014, as projeções futuras para os processos de F&A no setor são de crescimento no número dessas transformações corporacionais, pois investidores estrangeiros irão se beneficiar da persistentemente lenta recuperação (ou ainda regressão) de muitas usinas para adquirir seus parques produtivos a valores relativamente menores.

Também se faz necessário identificar o papel do Estado nessa configuração, o qual age em conjunto com o setor privado, concedendo créditos subsidiados (com taxas de juros reduzidas²⁵) ao agronegócio, objetivando ganhos relativos na produção de açúcar e etanol, e facilitando ainda mais a entrada de recursos estrangeiros, por meio desses incentivos financeiros.

Ainda, através da BNDESPar S.A. (sociedade com capital aberto, pertencente ao sistema BNDES de financiamentos), este atua facilitando os processos de fusões e aquisições, sendo inclusive acionista de alguns grupos formados, como por exemplo Brenco e Biosev, como apontado por Martin Neto (2009). Podemos então

²⁴De acordo estimativas feitas pelo autor apud KPMG (2012), a porcentagem de capital externo no controle das usinas brasileiras devem ter alcançado os 40% em 2015.

²⁵Segundo Xavier, Pitta e Mendonça (2011), a diferença entre o valor da taxa SELIC e o valor cobrado em juros nos empréstimos ao setor privado demonstra os subsídios governamentais, especialmente através do BNDES.

falar de uma parceria de interesses privados-públicos no setor sucroenergético, observada nas ações realizadas em conjunto por essas duas esferas.

Porém, é a conjunção dos diversos interesses privados para metas em comum que determina fortemente os rumos atuais do setor (características de produção, trabalho, mercado, etc.), através desse processo de junção corporativa (F&A). Ressalta-se também a relevância de órgãos representativos, cujo exemplo mais marcante atualmente é a atuação da UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar, criada em 1997²⁶).

Em função da grande incorporação de diversos capitais estrangeiros na “aberta” agroindústria canavieira, em muitos casos se torna uma tarefa complicada estabelecer precisamente a origem dessas empresas no setor sucroenergético, devido a estas se encontrarem pulverizadas entre diversos acionistas, sobretudo, compostos por grandes fundos de pensão, presentes nas principais bolsas de valores mundiais.

Dentre os maiores investidores, os quais são proprietários de um total de mais de 100 usinas no Brasil, podemos destacar, segundo Spadotto (2013): 1) Açúcar e Alcool Fundo de Investimento e Participações - constituído pelos fundos de investimento Carlyle/Riverstone, Global Foods/Goldman Sachs/Discovery Capital e DiMaio Ahmad; 2) Abengoa - Espanha; 3) Adecoagro do Grupo Soros – EUA e Argentina; 3) ADM - EUA; 4) Brazil Ethanol - EUA; 5) British Petroleum - Inglaterra; 6) Bunge - EUA; 7) Cargill Inc - EUA; 8) Clean Energy - Inglaterra; 7) Glencore - Suíça; 8) Infinity Bio-Energy - Inglaterra; 8) Louis Dreyfus - França; 9) Mitsubishi – Japão; 10) Mitsui - Japão; 11) Noble Group - Singapura; 12) Shree Renuka Sugars - Índia; 13) Sojitz Corporation – Japão, com 65% da ETH da Odebrecht²⁷; 14) Sucden - França; 15) Kuok - China; 16) Tereos - França; e 17) Umoë – Noruega.

²⁶Disponível em: <http://www.unica.com.br/historico-e-missao>. Acessado em: 28/10/2015

²⁷Em fevereiro de 2010 foi anunciada a fusão da ETH Bioenergia, do grupo Odebrecht, com a Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco). Esta fusão tem o objetivo de formar a maior empresa de Etanol no Brasil, com capacidade para produzir três bilhões de litros por ano. Alguns dos acionistas da Brenco são Vinod Khosla (fundador da Sun Microsystems), James Wolfensohn (ex-presidente do Banco Mundial) e Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobras) (XAVIER *et al.* 2012).

3.1.2. O processo de fusões e aquisições: suas principais etapas, consequências e alguns casos emblemáticos

As principais mudanças entre empresas do setor ocorridas nesse novo período da agroindústria canavieira no Brasil, ou seja, a partir da década de 90 e mais intensamente nos anos 2000, consistem primeiramente na junção de empresas nacionais de diversos portes, formando grandes grupos nacionais e na compra de muitos estabelecimentos por corporações internacionais.

Após essa etapa, é comum observarmos processos de fusão desses grupos resultantes, unindo capital estrangeiro e brasileiro (as “joint-ventures” são um exemplo disso), através também da captação de recursos pela abertura de capitais nas bolsas de valores, e originando corporações gigantescas que controlam o setor sucroenergético, como exemplificaremos a seguir.

O Grupo Cosan, de Piracicaba (SP), foi um dos pioneiros nesse processo, tendo começado a adquirir usinas menores a partir de 1986²⁸, expandindo suas proporções paulatinamente, e em 2008 realizou a compra da porção brasileira da estadunidense Esso (ExxonMobil), originando a primeira corporação no Brasil a unir o setor sucroenergético à distribuição de combustíveis e lubrificantes.

No ano seguinte, o grupo adquiriu o seu concorrente NovAmérica (que já havia aberto seu capital anos antes), aumentando sua capacidade produtiva e principalmente, de mercado, ao comercializar as marcas de açúcar “Da Barra” e “União” (MARTIN NETO, 2009). Posteriormente, no ano de 2010, o grupo realizou uma *joint-venture* com a Shell combustíveis, criando a Raízen, companhia de proporções gigantescas no setor sucroenergético (compreendendo também a produção de energia elétrica) e de combustíveis.

Esse novo grupo possui uma capacidade produtiva anual de 2 bilhões de litros de etanol (e estimativa de alcançar os 5 bilhões, segundo XAVIER, PITTA E MENDONÇA, 2011), 4 milhões de toneladas de açúcar, e processamento de 44

²⁸Fonte: www.cosan.com.br/linha-do-tempo. Acessado em: 29/10/2015

milhões de toneladas de cana-de-açúcar, tornando-se a maior produtora mundial, em suas 24 unidades produtivas, sem contar locais de distribuição e logística²⁹.

Através dessas medidas, o grupo adquiriu um caráter multidimensional, com enormes dimensões, controlando não só a produção agroindustrial canavieira, mas como sua logística e transporte, ponto crucial desse círculo de produção (em 2009 o grupo uniu a Rumo, seu segmento de logística, à ALL – América Latina Logística³⁰), distribuição e venda, ou seja, garantindo a sua presença em todas as etapas da atividade sucroenergética.

Além desse exemplo, podemos elencar outros expressivos: Recentemente, foi anunciada e aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)³¹, uma *joint-venture entre a Copersucar S/A e a Cargill*, com participação igualitária entre os membros, para comercializar açúcar em escala global, unindo a grande produção agrícola da Copersucar (que conta com 47 usinas sócias e 50 parceiras) e a capacidade logística internacional da Cargill, com expressivas possibilidades de ganhos e expansão para ambas as assinantes³².

Outra notável mudança empresarial no setor foi a junção primária da Usina Santa Elisa com a Vale do Rosário, formando o Grupo Santa Elisa S/A, o qual, após o agravamento de suas dificuldades financeiras, foi adquirido pela francesa LDC (Louis Dreyfus Commodities)³³, tornando-se a Biosev, a segunda maior empresa no mundo em capacidade de processamento de cana-de-açúcar, chegando a 36,4 milhões de toneladas, de acordo com dados da própria companhia³⁴. Vale destacar que essa aquisição foi mediada e em parte financiada pelo BNDES.

Diversos exemplos dos processos gerais de F&A ocorridos no setor podem ser citados, como o grupo francês Tereos, com 70% de participação na empresa de

²⁹ Fonte: www.raizen.com/quem-somos. Acessado em: 04/11/2015

³⁰ Fonte: idem

³¹ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1482175-cade-aprova-uniao-de-copersucar-e-cargill-para-comercializacao-de-acucar.shtml>. Acessado em 23/11/2015

³² Fonte: http://www.copersucar.com.br/pdf/140327_copersucar_e_cargill_anunciam_joint_venture_global_para_atuar_na_comercializacao_de_acucar.pdf. Acessado em: 23/11/2015

³³ Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-dreyfus-fica-com-60-da-santelisa-vale456798>.

Acessado em 23/11/2015

³⁴ Fonte: www.biosev.com Acessado em: 23/11/2015

açúcar Guarani desde 2001³⁵, a estadunidense Bunge, proprietária, dentre outras, do grupo Moema, o grupo Soros (que detém a Adecoagro, compradora da usina Monte Alegre), a inglesa *Infinity Bio Energy*, grupo detentor de cinco usinas e acionista de diversos outros e a *British Petroleum*, que comprou a Tropical bioenergia S/A, tendo atualmente três unidades produtivas³⁶.

Pode-se observar que os grupos participantes não são necessariamente originários do ramo sucroenergético, notando-se empresas de combustíveis, de outras culturas agrícolas, de transporte e logística, entre outros segmentos. Esse fato demonstra o elevado interesse que o setor despertou e tem despertado para diversas corporações transnacionais, auxiliadas pelas facilidades dessa lógica do capital mundializado atual.

Além da participação internacional, também tem destaque processos de centralização em escala nacional, como a participação da Odebrecht (originalmente de outro setor produtivo, mas com um segmento canavieiro), detentora de nove unidades³⁷, a formação do grupo João Pessoa e o tradicional grupo São Martinho, entre outras, empresas que controlam porção significativa da produção brasileira de cana-de-açúcar.

Devido a esse amplo processo centralizador, podemos observar uma profunda oligopolização do mercado (nacional e de exportação) de açúcar e etanol, fato que traz profundas vantagens financeiras a essas empresas, as quais controlam as diversas fases produtivas e se beneficiam dessa característica para cotar o valor de seus produtos de acordo com seus interesses, principalmente ao se tratar de um mercado desregulamentado economicamente. Vale lembrar que grande parte dos lucros gerados é transmitida para o exterior, já que significativa parcela dos investimentos atuais na produção e circulação provem de outros países.

Por atuarem em escala mundial, estas grandes corporações internacionais deixam de estabelecer parcerias com empresas locais prestadoras de serviços e de bens de capital (como no caso de Sertãozinho), para fazer acordos com fornecedores de outros países. Trata-se do rompimento dos laços estabelecidos

³⁵ Fonte: Martin Neto (2009) e www.tereosinternacional.com Acessado em: 24/11/2015

³⁶ Fonte: UNICA. Disponível em: www.unica.com.br/empresas. Acessado em: 27/11/2015

³⁷ Fonte: <http://www.odebrechtagroindustrial.com/pt-br/a-empresa/quem-somos>. Acessado em: 27/11/2015

entre capitalistas locais, com a chegada e concorrência de grandes empresas transnacionais, o que pode acarretar em maior vulnerabilidade para a economia local.

Assim, em uma cidade como Sertãozinho, que apresenta a explicitada dependência do setor sucroenergético, esse processo centralizador de capital e de entrada de interesses externos pode ser extremamente prejudicial. Isso porque as facilidades de transporte de mercadorias, informações e outros serviços se tornaram muito maiores, em nível global, no atual período, reduzindo a importância do local para a cadeia produtiva.

Além do mais, o controle de negócios e ações das empresas globais foge às escalas menores, estando este pulverizado em diversos escritórios por todo o planeta e nos interesses dos muitos acionistas participantes das mesmas, deixando às cidades do agronegócio apenas a produção em si, o que faz com que suas necessidades sejam desconsideradas na lógica capitalista mundial.

Observarmos então que a vulnerabilidade das cidades do agronegócio teve um aumento expressivo no período compreendido pelas últimas décadas, principalmente devido à oligopolização do controle regente dos rumos do setor, combinada à excessiva especialização das mesmas a uma única atividade econômica.

Dessa forma, Sertãozinho e diversas outras cidades com características similares apresentaram um quadro de desaquecimento de suas principais atividades econômicas, especialmente após a crise do setor, iniciada no ano de 2008. Ressalta-se que justamente graças ao concentrado controle do mesmo esse quadro se aprofunda, com um jogo de interesses distintos entre as corporações internacionais e as sociedades locais.

3.2. A “crise” do setor sucroenergético

O contexto de relativa expansão e prosperidade econômica o qual a produção canavieira nacional atravessou no início da década passada perdurou majoritariamente até os anos de 2008/2009, ou seja, período em que se iniciaram as consequências da crise financeira internacional de 2008. Nesse momento, as

empresas do setor passaram a apresentar situações de desaceleração ou mesmo estagnação de suas produções, devido ao seu atrelamento à chamada financeirização do capital, como veremos a seguir.

Essa crise do modelo capitalista neoliberal mundial foi principalmente causada pela expansão descontrolada dos sistemas de geração de crédito e especulação financeira (já que os Estados não detém esse domínio), meios fundamentais para geração de divisas no momento atual. Com isso, o crédito disponível para captação se desvalorizou profundamente, com excessiva oferta e baixa procura (condição aliada também à inadimplência de pagamentos), ocasionando na sua eventual retração.

Uma das consequências negativas dessa redução do capital disponível reside na dependência que o capital produtivo passou a ter com relação ao tido como “fictício” (ou seja, aquele oriundo de especulação): atualmente, as formas de produção fixa do setor privado necessitam da geração de lucros através de meios financeiros, como o mercado de derivativos, por exemplo³⁸.

Estes mecanismos financeiros as financiam, e, quando o mercado se contém, consequentemente os incentivos empresariais à produção fazem o mesmo. Vale destacar novamente que a origem de novos capitais através de meios especulativos é cada vez mais utilizada atualmente, no período atravessado e denominado como “globalização” (SANTOS, 2000), o que agrava a extensão dessa crise.

No caso do setor sucroenergético brasileiro, podemos observar que o mesmo apresentou recentemente (especialmente após os anos 90) uma forte dependência de aplicação do capital creditício para viabilizar o seu desenvolvimento estrutural e econômico, como se evidencia na citada abertura de capitais de alguns grupos, e é enunciado por Xavier, Mendonça e Pitta (2012).

O crescente interesse em se investir na produção canavieira decorreu da postura geral que se tinha com relação à “segurança” de retorno financeiro às possíveis aplicações realizadas, com condições favoráveis de solos, mercado e

³⁸ A especulação dos preços futuros das *commodities* nos mercados internacionais é um exemplo de meios fluidos para obtenção de capital, como aponta Oliveira, (2012).

produção agroindustrial existentes no cenário brasileiro, características que anunciavam bons resultados.

Concordamos com Oliveira (2012), quando este aponta que no período atual as grandes empresas atuantes no panorama agroindustrial brasileiro:

“estão fazendo simultaneamente, a produção do capital via apropriação da renda capitalizada da terra e a reprodução ampliada do capital acrescida do lucro extraordinário representado pelas diferentes formas da renda da terra”.

Dessa maneira, o setor se desenvolveu recentemente através basicamente de uma grande captação de créditos externos ao mesmo, sendo estes tanto de origem pública (especialmente subsídios e financiamentos governamentais) quanto privada (investimentos estrangeiros em dólar e capitalização nas bolsas de valores, por exemplo).

Uma prática comumente empregada pelos grupos gestores consiste no processo conhecido como “rolagem de dívidas” (o qual está intrinsecamente ligado a essa dependência na produção), sendo que este consiste basicamente na manutenção de um contínuo endividamento das empresas, as quais irão receber assim financiamentos constantes. Isso acontece para possibilitar novos investimentos e gerar retornos progressivos a esses grupos, os quais serão revertidos para o pagamento dos juros das dívidas mais antigas, formando um círculo vicioso que é responsável pela perpetuação desse sistema.

Para continuar recebendo investimentos e continuar com esse processo, uma usina necessita investir em novas formas de acumulação: expandir suas terras, modernizar sua produção, mecanizar a mesma (XAVIER, MENDONÇA e PITTA, 2012), entre outros fatores. Isso porque esses gastos em novos capitais serão financiados pelos sistemas creditícios, o que mantém o endividamento das usinas baseado na continuidade desse esquema econômico.

Porém, os grupos gestores das usinas, formados por grandes e/ou diversos investidores, quando passaram a receber diversos novos capitais, aproveitaram o momento favorável do mercado financeiro internacional para aplicar suas divisas em derivativos cambiais. Essas medidas foram tomadas buscando ampliar seus lucros

através principalmente da especulação financeira, ao invés de aplicar esse montante na produção propriamente dita de cana-de-açúcar e seus subprodutos, destino que seria o esperado para uma empresa atuante no setor sucroenergético.

Contudo, como apontado anteriormente, a forma de gestão dessas empresas sofreu muitas transformações recentes, passando para grupos abertos, os quais possuem diferentes estratégias e meios para obtenção de capital, fato que justifica as medidas adotadas.

Como destaca Arroyo (2006), as empresas atuais lançam mão desses mecanismos alternativos à “produção pura”, com o objetivo de ampliação de seus capitais líquidos e de reserva e também visando diversificar suas fontes de renda, tendo as aplicações financeiras como fator fundamental para isso.

Consequentemente, quando a crise mundial do crédito irrompeu no ano de 2008, o processo de impacto às usinas foi duplo: os financiamentos privados disponíveis para o setor diminuíram bruscamente (devido à desvalorização do crédito) e, como agravante, as empresas enfrentaram severos prejuízos econômicos com a crise, justamente por seus investimentos especulativos terem fracassado financeiramente.

Afinal, o capital que seria investido em novas formas produtivas foi repassado ao mercado financeiro (vale lembrar que desde a crise de 2008, acarretando prejuízos), e sem retornos positivos. Com a redução de seus capitais disponíveis para investimento, as usinas entraram em um patamar estagnado produtivamente e sem competitividade, ou seja, apresentando poucas condições técnicas de obter maiores divisas através da produção em si, já que seus índices de produtividade encontram-se reduzidos.

Nota-se que novamente as empresas do setor apresentaram um cenário de dependência quanto a alguma forma de investimento externo para sua plena continuidade, sem que estas tenham tomado medidas que de fato alterassem essa necessidade. Assim, elas ficaram “abandonadas” sem esses financiamentos, como ocorreu nas décadas de 80 e 90, com a redução da forte intervenção governamental.

Isso fez com que as chances de recuperação econômica das usinas se tornassem reduzidas, a não ser que fossem realizadas aplicações com um grande montante de investimentos às mesmas. Porém, como estas não conseguiram arcar com seus compromissos anteriores, a possibilidade de obter novos financiamentos caiu drasticamente, já que o ciclo de rolagem de dívidas foi interrompido.

Para procurar reduzir os efeitos negativos dessa situação, seriam necessários investimentos em maiores índices de produtividade, condição que possibilitaria um ganho econômico para a agroindústria, e gradualmente tornaria o setor novamente “competitivo”. Contudo, como apontado em matéria do “Jornal Paraná”, edição de Agosto de 2014, ocorreu uma severa redução de investimentos em pesquisas para melhoramento da produção de cana-de-açúcar, em seus diversos segmentos.

Neste artigo, o pesquisador Dib Nunes (do Grupo IDEA) afirma que muitos departamentos de pesquisa foram fechados, e que os investimentos realizados nessa esfera não chegam a 2% do faturamento do setor, muito possivelmente devido à crise, pois os grupos gestores estão com uma disponibilidade de capital extremamente reduzida.

3.2.1. Quadro atual do setor sucroenergético: “conflito” entre interesses do setor e participação do poder público

Sem a possibilidade de maiores lucros, tanto “fictícios” quanto oriundos da produção física, se tornou praticamente impossível realizar o pagamento de dívidas das empresas, interrompendo o processo de financiamento, o que acarretou na falência de alguns grupos e intensificou o processo de fusões e aquisições com corporações estrangeiras, como já evidenciado previamente.

Endividadas, as usinas e seus setores relacionados (como a indústria de bens de capital) recorrem atualmente a sucessivas cobranças ao Estado, alegando ser necessária uma aplicação ainda maior de subsídios governamentais. É o que se observa na entrevista do então presidente do Ceise Br (Centro Nacional das Indústrias do Setor Sucroenergético e Biocombustíveis), Adézio Marques, ao “Jornal Canal da Bioenergia”, em dezembro de 2011.

Como afirmado na entrevista, e em diversos outros meios de comunicação do eixo canavieiro, para representantes do setor o governo deve, por exemplo, desonerar a carga tributária (PIS/COFINS e ICMS) com relação à produção e venda de etanol, tornando-o mais competitivo frente à gasolina (cujos preços são controlados pelo governo, visando conter a inflação), fato que estimularia um aquecimento de toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar no Brasil.

De fato, em visita técnica realizada à 22ª FENASUCRO & AGROCANA (Feira Internacional de Tecnologia Sucroenergética) em 2014 - a maior feira exclusivamente do setor e realizada anualmente em Sertãozinho - nossa pesquisa pôde confirmar com diversos entrevistados que a principal queixa é realmente a falta de competitividade econômica apresentada pelo etanol combustível, sendo causada por um “abandono” proposital do Governo Federal ao setor sucroenergético, segundo as alegações apresentadas.

Nessa pesquisa empírica, pudemos concluir que a opinião geral dos envolvidos na esfera sucroenergética é a de que o Estado congela o preço da gasolina, contendo a inflação com fins eleitorais, o que, de acordo com os mesmos, prejudica excessivamente os ganhos oriundos do etanol, chegando ao prejuízo em muitas ocasiões.

Dessa maneira, representantes de diversas escalas do setor clamam principalmente pela adoção de um chamado “marco regulatório” por parte do Estado para a produção sucroenergética, o qual definiria possíveis medidas a serem adotadas para fomentar o setor. Essas medidas incluiriam, dentre outras, o estabelecimento de um preço mínimo e competitivo para o etanol, redução da carga tributária ao etanol (zerando impostos como PIS/COFINS), políticas públicas de incentivo à produção e também um gradual aumento no uso da cana-de-açúcar como produtora de energia elétrica, através da queima de seus resíduos resultantes (biomassa).

Outro exemplo de solicitação ao Estado pode ser observado em um documento elaborado pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) aos então candidatos à presidência nacional em 2014, com oito propostas específicas ao setor sucroenergético a serem adotadas pelos postulantes a cargo de governante. Dentre elas estão as já citadas, como a definição de políticas públicas, e

outras como incentivo à inovação tecnológica e aumento da representatividade do setor no Ministério da Agricultura³⁹.

Porém, como destacado anteriormente, a esfera governamental mantém permanentes apoios à produção sucroenergética: no ano de 2010, por exemplo, o BNDES financiou R\$ 7,4 bilhões para empresas participantes de diversas etapas do setor, de acordo com Ramos (2011), e em 2013, o total atingiu R\$ 6,9 bi, segundo o chefe do departamento de biocombustíveis do BNDES, Carlos Eduardo Cavalcanti, em reportagem da revista “Energia Business”, edição de maio de 2014.

Inclusive, em 2011 foi lançado pelo BNDES, em parceria com a FINEP (Fundo de Financiamento de Projetos e Programas), o PAISS (Programa de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico), para fomentar pesquisas tecnológicas no setor, e cujos investimentos disponibilizados totalizarão R\$ 1,48 bilhão até 2018.

Esses dados significam que a disponibilidade de investimentos permanece relativamente elevada mesmo em um cenário de crise (ao menos por parte da esfera pública). Contudo, a situação financeira dos grupos do setor propicia uma elevada inadimplência por parte dos mesmos, dificultando ou impossibilitando o acesso a novos empréstimos, mesmo que por órgãos públicos.

Com relação a outras formas de incentivo governamental, mais recentemente, no ano de 2015 foi assinada a resolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool (CIMA) que propõe um aumento na adição máxima de etanol anidro⁴⁰ à gasolina, passando de 25% para 27,5%, e mantendo o piso mínimo a 18%. Dessa maneira, a partir de março de 2015, a nova adoção passou a vigorar, porém com o percentual de 27%, estabelecido pelo Estado⁴¹.

Para justificar suas solicitações, os indivíduos envolvidos no setor empregam diversas vezes o discurso do etanol enquanto uma fonte de energia “limpa,

³⁹ Fonte: Revista Cana & Negócios, Edição 40, Agosto/Setembro de 2014;

⁴⁰ Etanol anidro é aquele adicionado a gasolina, enquanto que o etanol hidratado é usado como combustível separadamente, como apurado no site: <http://www.novacana.com/etanol/anidro-hidratado-diferencas/>. Acessado em: 12/12/2015

⁴¹ Fonte: Diário Oficial da União. 06 de Março de 2015.

sustentável e renovável”, com grande potencial, capaz de reduzir danos ambientais, conjuntamente com seus benefícios econômicos.

Contudo, é necessário destacar que essa postura ignora (possivelmente de maneira proposital) os prejuízos que a monocultura canavieira causa tanto para o meio ambiente (esgotando solos, poluindo recursos hídricos com seus resíduos, etc.) quanto na esfera social, pois são inúmeros os casos de exploração dos trabalhadores nos canaviais, com condições análogas à escravidão.

De qualquer maneira, independentemente do que é alegado pelos elementos inseridos no setor sucroenergético, deve-se ressaltar que quando este passava por períodos favoráveis e de crescimento econômico, como no início da década passada, houve uma histórica ausência de planejamento primeiramente para evitar futuras crises, mas principalmente para alterar essa situação de dependência secular com relação à atuação do governo.

Essa afirmação pode ser justificada por diversos fatores: Primeiramente, como já demonstrado estatisticamente nessa pesquisa, os subsídios governamentais ao setor permanecem expressivos atualmente, mesmo após o término do PROÁLCOOL. Além do mais, sua atuação se dá em parceria contínua com a esfera privada, através da viabilização de obras de infraestrutura que beneficiam o setor e leis de incentivo ao mesmo, entre outros exemplos. Essas medidas não deixaram de existir, principalmente em um governo com práticas neoliberais, como o que temos atualmente.

Porém, ocorre que em momentos positivos do mercado, pouco se destaca sobre o papel fundamental que o Estado possui para o setor. Um exemplo que claramente nos ilustra essa situação está nas décadas de 1990 e 2000, período de relativa desregulamentação estatal, no qual grandes corporações passaram a gradualmente controlar o setor, em uma posição neoliberal de permitir a livre atuação do mercado na economia.

Com essa nova situação, estas empresas obtiveram expressivos lucros e intensificaram o processo de centralização de capital, como já apontado, e, relativamente ao momento atual, pouco cobraram o Estado sobre possíveis incentivos e subsídios ao agronegócio canavieiro (os quais mantiveram-se

presentes). Assim, nota-se que os períodos em que o setor privado mais recorre aos incentivos governamentais são justamente os de crise, no qual a atuação desse poder é tida como fundamental para recuperação dessas dependentes empresas.

Ressaltamos que o modo de atuação política do Estado é crucial para essa discussão, pois de fato há momentos em que são tomadas ações governamentais mais favoráveis ao setor, e realmente o atual período não se caracteriza como um deles. Porém, como demonstrado, o poder público sempre se manteve como apoiador (no mínimo financeiro) da produção sucroenergética nacional.

Em segundo lugar, e talvez de maneira principal, é válido destacar novamente que, no período de maior expansão recente do setor, ou seja, anos 2004 a 2008, os grupos gestores das usinas utilizaram os capitais excedentes (oriundos tanto dos financiamentos quanto de lucros da produção em si) para aplicação no mercado especulativo, sendo severamente prejudicados com a crise financeira internacional de 2008.

Podemos analisar através desse fator duas consequências: primeiramente, mostrou-se óbvio que o prejuízo com essa manobra foi gigantesco, causando severos danos à atividade econômica. Mas principalmente, nos revela também que as usinas não investiram o montante necessário para melhorar suas produtividades agroindustriais (fato que se observa na queda de produtividade dos canaviais), em seus diversos elementos fundamentais, o que dificultou profundamente suas possibilidades de recuperação com o baque ocorrido.

Além do mais, a justificativa original para tantos financiamentos governamentais é a de que sua destinação deve ser para o investimento em melhorias na produção efetiva (e não a aplicação na especulação), medida que, como pudemos constatar, não foi efetuada de fato.

É evidente que, como demonstrado, concordamos acerca da existência de um período conturbado economicamente, que assola o setor sucroenergético em escala nacional, contudo, as possíveis verdadeiras causas para sua origem, e principalmente, para sua permanência duradoura devem ser profundamente analisadas. Isso porque, além do discurso de representantes do setor, há elementos prévios ou sem relação direta com as ações governamentais atuais que também são

extremamente responsáveis para o estabelecimento de um período interpretado como de uma crise.

Essa é uma questão fundamental dentro do escopo de nossa pesquisa, tida como norteadora de quaisquer conclusões que possamos tomar, após termos realizado uma sucessiva análise de dados, além de outras reflexões sobre as origens dessa suposta “crise”, e também do momento atual que o setor atravessa, com suas diferentes esferas. Inclusive, o questionamento que realizamos com relação às prováveis origens da dita crise econômica foi o fator que motivou a adoção de aspas em nosso título ao empregarmos esse termo.

Isso justamente por acharmos que esse período econômico do setor sucroenergético necessita ser minuciosamente analisado, com discussões acerca de sua dimensão, momento atual e consequências, mas principalmente sobre as origens e causas dessa situação, condição que motiva profundos questionamentos pela diversidade de fatos apresentados.

É justo dizermos que o setor sucroenergético encontra-se em um período de consolidação estrutural, no qual a concentração de capitais vem aumentando. Nos últimos anos, o número de corporações que controlam o setor é cada vez menor, e a tendência é de que esse processo se torne mais grave, atingindo um oligopólio praticamente completo, nas diversas escalas que envolvem a produção canavieira. Assim, essa centralização é diretamente responsável pelos baixos índices econômicos apresentados atualmente, pois o setor atravessa um momento transitório, sendo natural esse panorama negativo.

Dessa forma, entendemos que o setor passa por dificuldades financeiras, como demonstradas em dados estatísticos, mas consideramos como fundamental a devida análise de todo esse processo, observando a questão por todos seus ângulos.

De toda maneira, independentemente das origens do momento econômico atual, entendemos que a cidade de Sertãozinho vem sofrendo fortemente as consequências negativas dos rumos tomados atualmente pelos grupos controladores do setor, situação que pretendemos considerar mais especificamente no próximo capítulo.

4. A indústria de bens de capital em Sertãozinho e a centralização de capital no setor sucroenergético

4.1. A “crise” e as consequências da centralização de capital para a indústria de bens de capital em Sertãozinho

Como visto no capítulo anterior, o setor sucroenergético nacional está atravessando um período financeiro amplamente desfavorável, condição estritamente relacionada com o processo de centralização de capital, ocorrido previa e concomitantemente com o período denominado pelos seus representantes de “crise”. Cabe agora então analisar como esse processo se reflete diretamente em Sertãozinho, cidade escolhida justamente por, como explicitado, ser excessivamente atrelada ao desenvolvimento do agronegócio sucroenergético.

É necessário primeiramente recordar a situação de Sertãozinho enquanto extremamente vulnerável a ingerências externas, as quais, faz-se importante ressaltar, podem afetar a dinâmica da cidade como um todo. Dessa maneira, cenários estrangeiros desfavoráveis, combinados com imposições tomadas verticalmente em centros de decisão distantes ao local contribuíram de fato para a atual situação econômica do município.

Sendo assim, buscamos observar os reflexos da chamada crise em anos recentes para a dinâmica municipal, através da opinião dos munícipes, do discurso adotado por representantes do setor e das indústrias, e do que pode ser observado em notícias da mídia.

Em nossa visita, realizada à “22ª FENASUCRO & AGROCANA”, realizada em Sertãozinho nos dias de 26 a 29 de Agosto de 2014, pudemos notar um forte cenário de pessimismo dos expositores, compostos por representantes e empregados do setor, quanto ao momento negativo atravessado pela economia municipal (e, de maneira mais abrangente, em escala nacional). Essa situação se mostrou refletida diretamente na feira, em seu volume relativamente mais baixo de pessoas e de negócios, de acordo com os integrantes da mesma.

Pudemos observar também que o discurso que é utilizado pelos envolvidos na cadeia produtiva do setor sucroenergético nacionalmente foi reproduzido individualmente na feira, tais como: Cobranças para medidas e incentivos governamentais (maior adoção do etanol anidro, por exemplo, iniciativa colocada em prática no ano de 2015, como visto anteriormente) e afirmações de que os custos para se produzir cana-de-açúcar estão excessivamente elevados, o que gera prejuízos para o setor.

Porém, notamos também uma postura diferente quanto a uma possível saída para essa situação, a qual, de acordo com os representantes locais, estaria pautada em investimentos para uma maior produtividade no campo, ao invés de expandir a área utilizada para o plantio, prática comumente utilizada pelas usinas, como demonstrado na tabela 2.

De todo modo, ficou evidente que o volume de negócios para aqueles que destinam suas produções para o atendimento às usinas, ou seja, para as indústrias de bens de capital de Sertãozinho, foi extremamente reduzido nos últimos anos (como pudemos observar na realização da feira), gerando grandes prejuízos para a cidade.

É o que pode ser observado, por exemplo, em notícia veiculada pela “CBN – Ribeirão Preto” ⁴², acerca do pedido de recuperação judicial realizado pela Dedini S.A.(o qual continua em andamento, de acordo com a justiça do trabalho⁴³), uma das maiores empresas presentes no município, mas que demitiu em torno de 250 empregados apenas em Sertãozinho durante os primeiros seis meses do ano de 2015.

A realidade recente do município consiste no enfrentamento de difíceis situações especialmente para a sua população, como a exposta pelo portal “Acidadeon”, na qual 480 funcionários foram demitidos em um período de apenas

⁴² Disponível em:

http://www.cbnribeirao.com.br/economia/economia_internaNOT.aspx?idnoticia=1094847

Acessado em: 10/06/2016.

⁴³ Jusbrasil - Andamento do Processo n. 0012357-12.2015.5.15.0012.

dez dias durante o mês de agosto de 2015, pelas empresas Smar, Brumazi, e a novamente citada Dedini⁴⁴.

O caso possivelmente mais emblemático do momento atual em Sertãozinho (e um de seus precursores) é o do decreto de falência da Usina Albertina. Tradicional grupo produtor da região, com décadas de história, essa empresa passou a enfrentar problemas com endividamento já antes do período considerado como “crise”, evidenciando que o principal fator causador do atual momento financeiro negativo é justamente a má gestão interna dos grupos controladores, e não a atuação do governo, como apontado por muitos.

Após algumas tentativas de arrendamento, negociações com a multinacional francesa LDC e um pedido de recuperação judicial que durou seis anos, a unidade encerrou suas produções em 2012, teve a sua falência decretada pela justiça em Junho de 2015⁴⁵, e atualmente sua planta produtiva localizada em Sertãozinho se encontra em ruínas⁴⁶.

Vale ressaltar que essas demissões causam um “efeito dominó” danoso para a estrutura econômica do município, já que, com a diminuição no número de empregados remunerados, setores como o comércio e serviços também são muito prejudicados financeiramente (chegando também a demitir funcionários), especialmente no caso de uma cidade extremamente dependente de suas atividades industriais, voltadas para o setor sucroenergético.

Essa acentuada diminuição do volume de negócios da indústria de bens de capital se explica pelo endividamento de diversos grupos detentores de usinas na região e no país. Sem capacidade financeira para investir em melhorias como novos maquinários, peças e instalações produtivas, estas se voltaram atualmente apenas à produção em si, prejudicando os seus fornecedores industriais e de serviços.

⁴⁴ Disponível em:

<http://www.acidadeon.com/economia/NOT,2,2,1089163,Sertaozinho+tem+480+demissoes+em+dez+dias.aspx>. Acessado em: 02/07/2016.

⁴⁵ Disponível em:

<https://www.jornalcana.com.br/decretada-a-falencia-da-usina-albertina/>. Acessado em: 11/07/2016.

⁴⁶ Disponível em:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fechada-ha-dois-anos-usina-albertina-virou-sucata,1560050>. Acessado em: 11/07/2016.

Porém, analisamos que uma renovação técnica na produção sucroenergética poderia acarretar em uma maior produtividade, e consequentemente, em menores custos, o que beneficiaria toda a cadeia produtiva e possivelmente poderia romper com esse ciclo vicioso instalado no setor. Apesar disso, notamos que o caminho adotado pelas corporações é o oposto: diminuição ou paralisação parcial de suas produções, demissões em massa, pedidos de recuperação judicial e declarações de falência.

É o que atestam as informações trazidas pelo portal “NovaCana”: “Falta de investimento limita produção de açúcar no Brasil”⁴⁷. De acordo com o afirmado nesse informe, os produtores não pretendem investir no momento em uma maior capacidade produtiva, limitando o cenário nacional quanto ao seu potencial.

Esse cenário é o oposto do que era encontrado no setor há apenas dez ou quinze anos, no início dos anos 2000, com diversos novos projetos de implantação de usinas, grande expansão da área cultivada em escala nacional e nos índices de produtividade, além de um crescente volume de investimentos (especialmente estrangeiros). Assim, após o seu auge, a economia canavieira está atravessando um período de estagnação e até declínio, sentido principalmente nos elos mais vulneráveis da cadeia produtiva.

Dentro desse contexto, entendemos que o processo de centralização de capital possui um papel de grande relevância, pois, como apontado no capítulo anterior, vemos que o controle da produção por capitais externos é fortemente responsável pelo endividamento prévio das usinas, em processos como a rolagem de dívidas e a aplicação de investimentos no mercado financeiro, ao invés do aperfeiçoamento da produção canavieira.

Assim, o processo de abertura do setor sucroenergético a investidores estrangeiros deve ser entendido como um das causas do momento atual enfrentado no setor, aliado à crise global de 2008. As atitudes tomadas pelos diversos grupos e acionistas detentores de grande parte do processo produtivo canavieiro, combinadas

⁴⁷ Disponível em:

<https://www.novacana.com/n/acucar/mercado/falta-investimento-limita-producao-acucar-brasil-210616/>. Acessado em: 11/07/2016.

à crise no setor financeiro mundial, levaram as usinas a um status de endividamento permanente, encarecimento da produção, atraso tecnológico e perdas produtivas.

Esse processo também trouxe graves implicações para essas corporações, como é o caso das multinacionais Shree Renuka Sugars, originária da Índia, e da espanhola Abengoa (controladoras, respectivamente, no Brasil, do grupo Renuka – quatro usinas, e da Abengoa Bioenergia – três usinas), as quais consistem nos primeiros grupos estrangeiros do setor a entrar em recuperação judicial no Brasil⁴⁸.

Porém, essas consequências são sentidas profundamente na esfera local: nas indústrias de bens de capital de Sertãozinho (e seus trabalhadores), força motriz de um município totalmente dependente da cana-de-açúcar. Dessa maneira, as características negativas as quais pudemos observar em Sertãozinho, e que afetam sua estrutura socioeconômica, não são resultado apenas de medidas governamentais, ou de problemas climáticos como, por exemplo, anos de seca, mas tem uma relação intrínseca com atitudes extremamente distantes à sua esfera.

Isso porque a entrada de capitais externos, aliada ao processo de centralização de capital fez com que as tomadas de decisão sobre os rumos de nosso território sejam feitas à distância e de maneira vertical, constituindo uma situação de extrema vulnerabilidade, já que o uso deste, como afirmam Santos (1994) e Silveira (2011), se dá principalmente pelos grandes grupos multinacionais.

4.2. O mercado de trabalho e a dinâmica socioeconômica de Sertãozinho

Para explicitar de maneira mais clara as consequências do momento econômico atual para a cidade de Sertãozinho, faz-se importante que analisemos a dinâmica populacional do município nos anos recentes, e por isso procuramos observar fatores como: movimentações trabalhistas, ou seja, saldos positivos e negativos de geração de emprego, elevação de remunerações médias, entre outros relevantes.

Os dados foram obtidos através do sistema RAIS/CAGED (Relação Anual das Informações Sociais e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados),

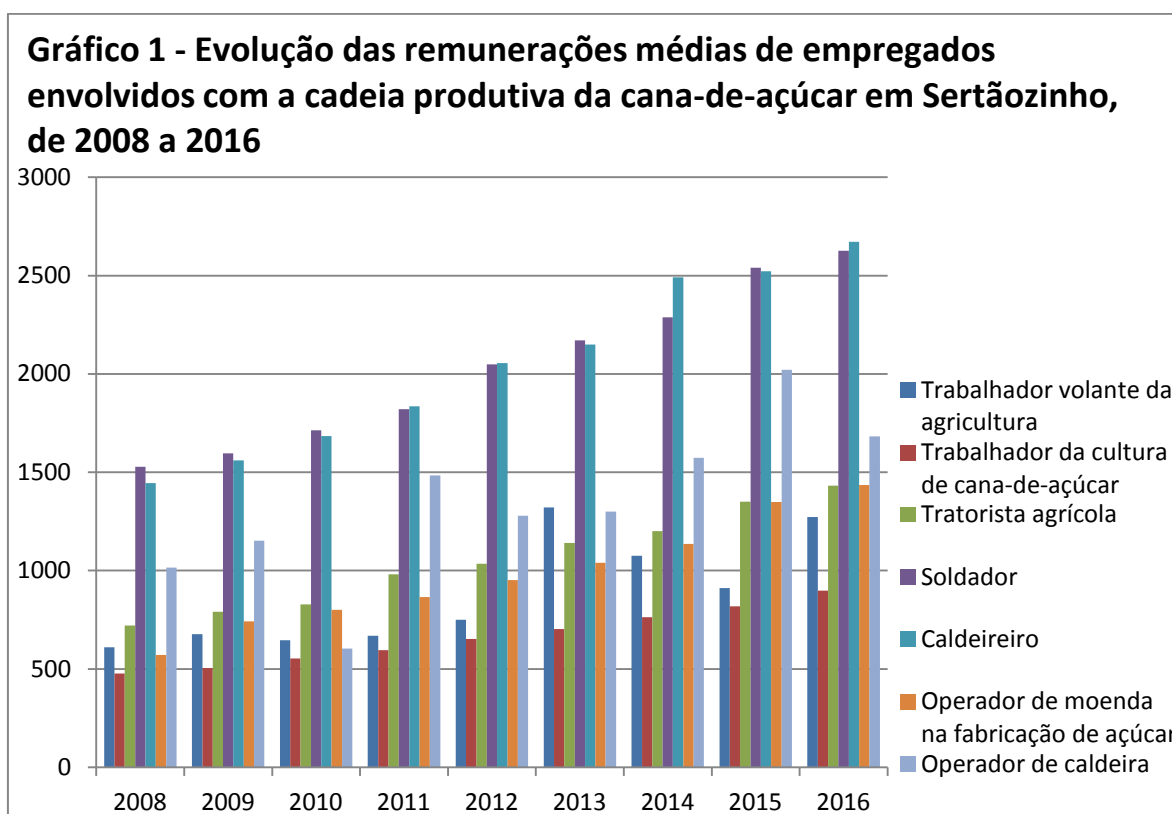
⁴⁸ Disponível em:

<http://www.valor.com.br/agro/4409718/usinas-em-recuperacao-sao-recorde>. Acessado em: 12/07/2016.

disponíveis no portal do Ministério do Trabalho e Emprego, e também por pesquisas contínuas realizadas pelo IBGE.

Inicialmente, buscamos analisar o impacto que a agroindústria da cana-de-açúcar possui não apenas para Sertãozinho de modo geral, mas também para seu trabalhador, especialmente aqueles envolvidos de alguma maneira com o setor sucroenergético, independentemente do momento econômico atravessado.

Para isso, selecionamos algumas profissões relativas à produção canavieira, à atividade usineira e às indústrias de bens de capital e buscamos observar as mudanças ocorridas nas rendas médias obtidas por esses trabalhadores, como pode ser observado no gráfico abaixo:



Fonte: Sistema RAIS/CAGED. Obs.: Essas profissões foram selecionadas entre diversas outras relacionadas por apresentarem dados emblemáticos para nossa análise. Elaborado por Bruno Sigolo Coury

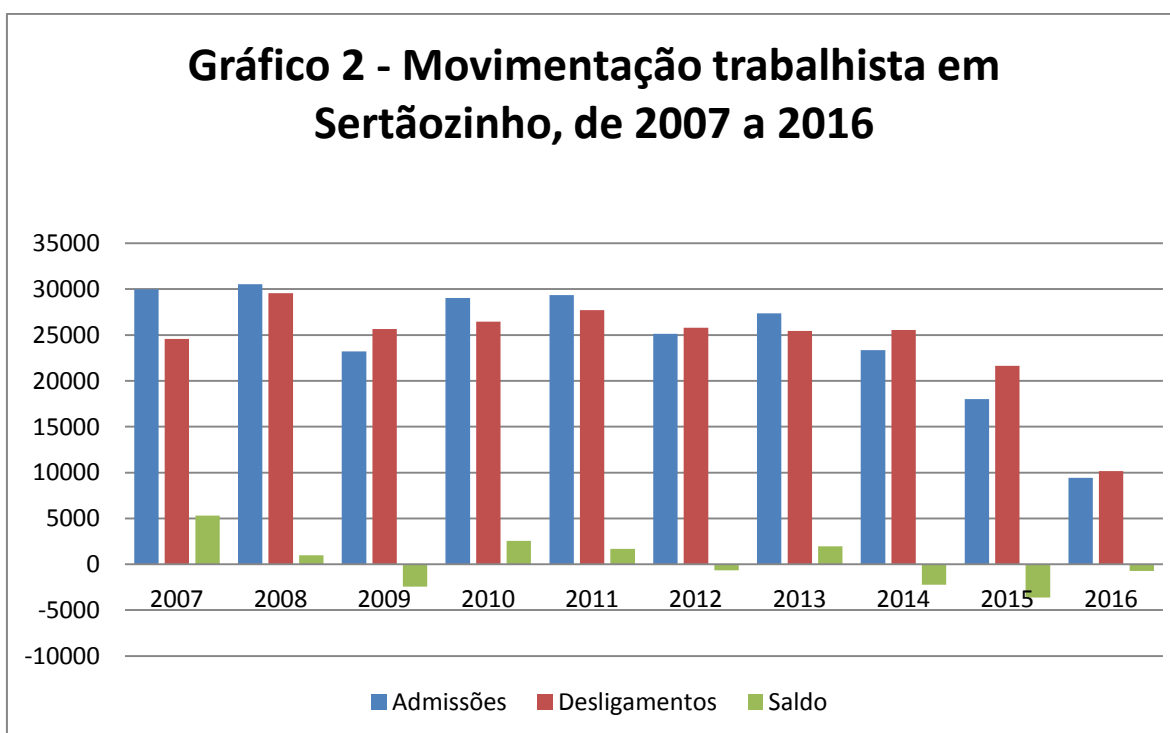
Pela análise do gráfico acima, observamos que os maiores salários demonstrados são obtidos pelos trabalhadores envolvidos em algum processo industrial ou mais especializados, como os soldadores e caldeireiros em geral. Mesmo na esfera agrícola, o trabalhador que pode realizar sua atividade com algum

tipo de especialização (no caso, o tratorista), também recebe uma remuneração média mais elevada.

Por outro lado, temos a situação dos trabalhadores diretos na agricultura, em que podemos ver que suas remunerações são as mais baixas encontradas no setor, especialmente para aqueles específicos à cana-de-açúcar, fato que evidencia a exploração do elo menos qualificado profissionalmente dessa cadeia produtiva.

De maneira geral, apesar de algumas variações negativas ou alguns picos positivos, não observamos grandes mudanças nas remunerações médias dos empregados envolvidos no setor mesmo nesses últimos anos, caracterizados por dificuldades econômicas. Há um crescimento gradual ano a ano dessas remunerações (com algumas exceções), independente de seu valor, o que por um lado pode consistir em um fator positivo.

Porém, vale lembrar que estes dados são uma média declarada pelos empregadores, e, como veremos a seguir, apesar dos salários em geral estarem mantendo um leve crescimento, o número de empregos gerados vem baixando consideravelmente, fazendo com que, relativamente, cada vez menos pessoas desfrutem das remunerações citadas, como pode ser analisado no gráfico abaixo.



Fonte: Sistema RAIS/CAGED. Obs.: Os dados referentes ao ano de 2016 são relativos até o mês de Junho. Elaborado por Bruno Sigolo Coury

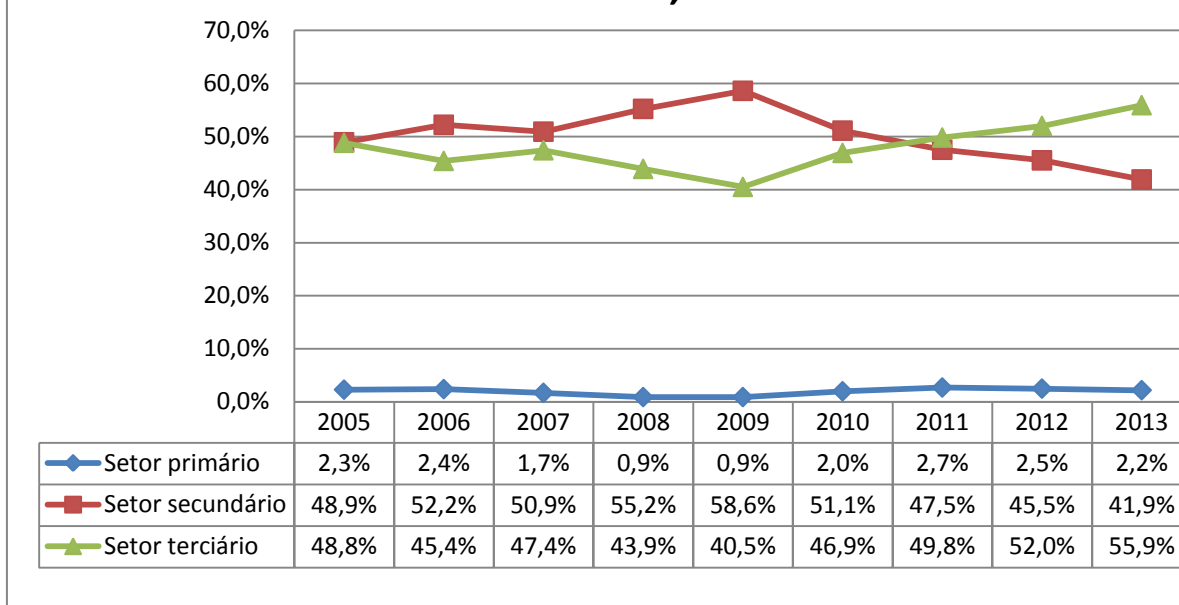
O gráfico demonstra a notável diferença no volume de contratações observada nos anos recentes em Sertãozinho: o período de 2007 a 2011 foi marcado por uma elevada geração de novos empregos, sendo que em todos os anos (tendo como exceção o ano de 2009), foram admitidos mais de 25.000 novos trabalhadores, e nos anos de 2007 e 2008 (ainda no auge econômico sucroenergético) esses valores alcançam a casa dos 30.000. É nítido o contraste com os anos posteriores, notadamente os anos de 2014, 2015 e a tendência a ser confirmada no ano de 2016, nos quais os índices de admissões são bem menores comparativamente.

Porém, o maior destaque negativo para o momento recente está no saldo observado. Como o volume de desligamentos apresentou uma taxa relativamente estável no período analisado (mantendo-se sempre na faixa existente entre 20.000 e 30.000 por ano), os últimos anos apresentaram um saldo negativo com relação à geração de empregos em Sertãozinho, fato que deve se repetir no ano de 2016, como demonstra o gráfico.

Esses dados corroboram as notícias vinculadas na imprensa sobre a situação que o município vem atravessando, pois essa significativa queda na geração de empregos, junto com o recente saldo negativo trabalhista são uma evidência de que as dificuldades enfrentadas pelo setor sucroenergético, independentemente de suas origens, atingem fortemente a economia da cidade como um todo, em um efeito dominó. Vale lembrar que os dados analisados são referentes à geração de empregos total no município, e não apenas os relacionados à indústria de bens de capitais e à agroindústria canavieira.

Além disso, para demonstrar o peso que o setor industrial possui para o município de Sertãozinho, comparamos a participação que cada âmbito econômico possui no mesmo, como explanado no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Participação por setor da economia no PIB de Sertãozinho, de 2005 a 2013



Fonte: Pesquisas IBGE de PIB municipal. Elaborado por Bruno Sigolo Coury

O gráfico quatro nos mostra uma grande redução na participação percentual do setor industrial na composição do PIB de Sertãozinho em anos recentes. Observa-se que sua importância já esteve próxima dos 60%, em 2009, e no último ano analisado, se aproxima dos 40%, tendo sido ultrapassado pelo setor de serviços a partir do ano de 2011, tendência que foi se aprofundando ultimamente.

Entendemos que essa redução na participação do setor industrial para a economia do município também se constitui como um exemplo das dificuldades atravessadas atualmente. Isso porque em uma cidade extremamente funcional à agroindústria e suas indústrias relacionadas, seria esperado que o setor secundário apresentasse sempre um maior peso, porém, a sua considerável redução percentual recente mostra que o volume de renda gerado pelo mesmo está diminuindo relativamente.

O crescimento percentual do setor terciário pode levar ao equívoco de se concluir que houve uma diversificação da economia municipal, porém, tal mudança não ocorreu, pois esta ainda se encontra em crise e atrelada à cana-de-açúcar. O motivo pelo seu crescimento relativo é justamente o decréscimo do setor industrial, porém ambos se encontram em dificuldades, já que um está fortemente ligado ao outro.

Quanto ao setor primário em si, nota-se que o seu peso percentual permanece reduzido, pois a atividade agrícola de Sertãozinho é quase que totalmente voltada para a indústria de elaboração da cana-de-açúcar, pertencendo então ao setor secundário, denotando sua expressiva funcionalidade ao agronegócio. Assim, a quantidade de terras voltadas para outras atividades agrárias no município permanece praticamente incipiente.

Esses dados como um todo foram apresentados para demonstrar duas principais características inerentes ao município de Sertãozinho: em primeiro lugar, seu atrelamento histórico ao setor sucroenergético, e, mais recentemente, seu colapso econômico, causado justamente por essa extrema funcionalidade, a qual demonstra a situação de vulnerabilidade externa que o município apresenta.

4.3. Verticalidades e vulnerabilidade territorial em Sertãozinho

Após a demonstração dos efeitos devastadores que fatores externos causaram na esfera local de Sertãozinho, entendemos como fundamental realizar uma análise conclusiva sobre essa conjuntura geral. Primeiramente, buscamos exemplificar através de dados quantitativos e qualitativos a significância das consequências negativas que os rumos adotados pelo agronegócio canavieiro vêm causando para o município.

Isso ocorre de maneira geral porque Sertãozinho permanece submetida a uma lógica externa e imposta à sua realidade. Assim, as decisões que vão influir em seu território são tomadas por grandes corporações de capital aberto, localizadas a milhares de quilômetros de distância, que não constituem qualquer relação de solidariedade com o local afetado.

Essa condição mostra que Sertãozinho está inserida na atual lógica de globalização, porém através do imperativo das verticalidades, que, como afirma Santos: *“são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado.”* (SANTOS, 2006)

Em outros termos, isso significa dizer que a região especializada produtiva (CASTILLO e FREDERICO, 2010) de Sertãozinho se conecta à lógica financeira

internacional, porém apenas como um espaço detentor da produção em si, em uma relação hierarquizada.

Sua região consiste em mais um ponto entre diversos outros difusos pelo território nacional, interdependentes entre si, e unificados através das lógicas da produção e da circulação (SANTOS, 2006), mas submetidos a uma racionalidade internacional, que priva os mesmos de seu poder de decisão sobre seu próprio destino.

Esse processo contribui para a constituição de um nítido caso de vulnerabilidade de seu território (ARROYO, 2006), pois as situações as quais o município vem atravessando e que demonstramos anteriormente, tais como: falência ou fechamento de empresas tradicionais, demissões em massa, redução de contratações, entre outras, são reflexos de um processo muito maior e externo aos próprios afetados.

E, como pudemos observar, a capacidade dos atores municipais, ou mesmo regionais, em interferir para transformar esse cenário permanece extremamente reduzida, como fica evidente no prolongamento excessivo das consequências do mesmo.

Ao longo de nossa pesquisa, não notamos quaisquer medidas para atenuar esses efeitos, como por exemplo: investimentos em maior produtividade, aperfeiçoamento tecnológico na produção agroindustrial ou mesmo uma (atualmente muito distante) diversificação produtiva do município de Sertãozinho.

Assim, a excessiva especialização do município com relação a uma única produção, visando adquirir um status de maior competitividade (ARROYO, 2006) frente a outras regiões no cenário nacional, se mostrou como um fator negativo para a conjuntura geral do mesmo, apesar de seu notável crescimento populacional e econômico atravessado em décadas passadas.

Fatores como a centralização de capital, invasão de capitais externos e suas especulações financeiras, e, por último, a suposta crise econômica do setor sucroenergético levaram Sertãozinho a sofrer com as implicações de decisões tomadas de forma totalmente alheia à sua realidade, graças à sua grande funcionalidade e consequente vulnerabilidade.

Entendemos que a compreensão desses fatores se faz fundamental para que seja possível um completo conhecimento das reais origens da situação negativa

pela qual Sertãozinho passa atualmente. Isso porque muitos de seus próprios cidadãos a analisam de maneira mais imediata, além de reproduzir o discurso dos grandes empresários, fazendo críticas à atuação governamental, ou culpando fatores diversos, como vimos em nosso trabalho de campo ao município.

Sem esse entendimento, as perspectivas de melhora em curto prazo para a economia municipal são reduzidas, pois a situação de vulnerabilidade se mantém, e juntamente com ela, suas consequências econômicas negativas, que já perduram por anos. Dessa maneira, observamos que, ao menos por enquanto, não se nota previsões de uma efetiva evolução positiva para a população e para as empresas de Sertãozinho.

5. Considerações finais

Após a análise dos processos que levaram o município de Sertãozinho à sua condição atual, combinada com uma ilustração da mesma, pudemos realizar algumas conclusões, que se iniciam com a constatação dessa forte seletividade imposta atualmente pela lógica capitalista internacional, tendo como resultado a criação de espaços e regiões especializados e competitivos, os quais se inserem nessa dinâmica como meros produtores ou prestadores de serviços, subordinados a interesses externos.

Foi o caso do município (e de sua região) analisado, o qual atravessou uma expressiva reformulação de suas estruturas, visando o atendimento das demandas exigidas por uma agricultura moderna e internacional, porém, tendo como base um único setor apenas: o sucroenergético.

Sendo assim, o entendimento da situação de vulnerabilidade que essa extrema funcionalidade confere a esses espaços se faz crucial para que possamos compreender os acontecimentos recentes na dinâmica socioeconômica de Sertãozinho, de maneira mais abrangente.

Para isso, analisamos como fundamental a realização de duas etapas relacionadas: primeiramente, uma compreensão do processo histórico pelo qual Sertãozinho tornou-se uma “cidade do agronegócio”, e também dos elementos presentes em sua dinâmica econômica atualmente, que nos permitem realizar tal afirmação.

Porém, vemos como ainda mais relevante atingirmos um autêntico entendimento das reais origens dessa suposta crise que ocorre no setor sucroenergético. Isso porque pudemos notar ao longo de nossa pesquisa que as acusações realizadas (especialmente por representantes do setor privado) contra o setor público, culpabilizando-o por essa crise, consistem basicamente em uma análise rasa sobre a questão, e que não consegue concebê-la como um todo.

Essa afirmação vem da compreensão de que a forma de gestão das empresas controladoras do setor sucroenergético (modificada após a centralização de capital ocorrida no mesmo) também pode ser apontada como uma das responsáveis para a atual situação das usinas brasileiras. Ao empregarem mecanismos como a rolagem de dívidas e a aplicação de capitais no mercado especulativo, esses grupos colocaram em risco a saúde financeira de suas produções canavieiras, situação que se comprovou com a crise mundial de 2008 e seus consequentes prejuízos.

Contudo, vale ressaltar também que o Estado atuou como um grande incentivador desse processo de fusões e aquisições, mediando as etapas do mesmo, mas especialmente ao manter subsídios às grandes corporações, investimentos estes que foram igualmente empregados para a especulação financeira. Devido a esse motivo, apontamos também o setor público como corresponsável pelo estabelecimento desse quadro atual.

Assim, o advento do capital externo (centralizado pelo poder de poucos grupos) no setor sucroenergético nacional não só intensificou a vulnerabilização de diversos espaços de nosso território, mas também pode ser apontado como um dos fatores causadores das dificuldades que os mesmos, e mais especificamente, Sertãozinho, estão enfrentando atualmente.

Concluimos então que o município está lidando com as consequências de um processo construído paulatinamente ao longo das últimas décadas, e agravado recentemente com os fatores já elencados. Sem poder de decisão ou controle sobre os rumos de sua economia, Sertãozinho permanece à mercê de elementos externos, aguardando uma possível (mas por enquanto improvável) melhora nas condições internacionais, para que possa assim vivenciar novamente um período de bem-estar socioeconômico.

Enquanto isso, sua população e empresas locais, elementos fortemente

ligados às solidariedades criadas em seu espaço, são os primeiros e principais afetados pelos mandos e desmandos de uma lógica capitalista mundial, alheia a essas consequências, mas determinante das condições dessas cidades e suas sociedades.

Finalizamos com a constatação de que, ao não ser que haja uma alteração dessas imposições realizadas de maneira vertical por um sistema opressor, desigual e distante, não conseguiremos vislumbrar possibilidades de uma concreta e duradoura reformulação desse cenário, que poderia mudar as condições às quais muitos espaços são submetidos. Porém, como pudemos constatar, o agravamento do processo de centralização de capital e a permanência desse quadro ao longo desses últimos anos demonstram que essas condições estão muito distantes de um encerramento.

6. Referências

- ARAÚJO, Tânia B. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: Rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, I. E. et al. (org.). **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.
- ARRIGHI, G. A lógica territorial do capitalismo histórico In: ARRIGHI, G.. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. In: AMALIA, I. G. de Lemos, SILVEIRA, M. L., ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina**. B CLACSO. São Paulo, USP, 2006.
- ARROYO, M. Dinâmica industrial e uso do território: circuitos produtivos internacionalizados. 16º ENG, Porto Alegre, 2010.
- BACCARIN, José G.; FURLANETO, Thânia K.; SILVA, Bruna M. Expansão, mudanças tecnológicas e ocupação sucroalcooleira no Centro-Sul do Brasil, de 2007 a 2012. **Revista de economia e sociologia rural**. Vol 49, nº2, Brasília, 2011.
- BACCARIN, José G.; GEBARA, José J.; FACTORE, Cíntia O. Avanço recente da concentração econômica sucroalcooleira no Centro-Sul do Brasil. **Cadernos CERU**. Série 2, v.20, n.2, dez. 2009.
- BACCARIN, José G.; GEBARA, José J.; FACTORE, Cíntia O. Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil, entre 2000 e 2007. **Informações Econômicas**, SP, v.39, n.3, mar. 2009.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Bioetanol de cana-de-açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2008.

- BERNARDES Júlia A. Crise no agronegócio: novas ações, novos tempos, novas territorialidades. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- BOLETIM: ECONOMIA SERTANEZINA. FUNDACE e CEISEBr, Sertãozinho, Ano I, Boletim II, 2015.
- BORIN, André L. dos S.; A “nova” senzala é logo ali: ao lado da “Capital do Agronegócio”; lá no fundo dos canaviais sertanezinhos. Dissertação para obtenção do título de mestre. UNESP, Franca, 2011.
- BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A.W.B: **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, ed. 1, Lamparina, 2010.
- BRAY Sílvio C.; FERREIRA Enéas R.; RUAS Davi G. C. As políticas da agroindústria canaveira e o Proálcool no Brasil. Editora UNESP, Marília, 2000.
- BUENO, Ricardo. **Pró-álcool: rumo ao desastre**. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- CAMELINI, João H. Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis, GO. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 2011.
- CASTILLO, Ricardo; CAMELINI, João H. Etanol e uso corporativo do território. **Mercator**. Ano 11, n. 25, 2012.
- CASTILLO, Ricardo; CAMELINI, João H. Logística e competitividade no circuito espacial produtivo do etanol no Brasil. **BCG**. v2, n2, 2012.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, 2010.
- CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**. Ano 9, n. 18, 2010b.
- CASTRO, Nivalde J. De; DANTAS, Guilherme de A. Fusões e aquisições no setor sucroalcooleiro e a promoção da bioeletricidade. IFE – Informativo Eletrônico do setor Elétrico. UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.
- CHESNAIS, François. A Mundialização do Capital, São Paulo, Xamã, 1996.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Safras da cana-de-açúcar 2004/2017.
- CORRÊA, Roberto L. Metrôpoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. Revista **Território**, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999.
- COSTA, Vera M. H. de M.; BORGES, Ana C. G.; Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil. **Revista FAPESP**, 2012.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Estudos Urbanos e regionais. Revista Brasileira de **Estudos Urbanos e Regionais**. V.13, n.2, 2011.
- ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura – A região de Ribeirão Preto/SP**. São Paulo. Editora USP, 2003.
- ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil.

In: **XII Colóquio de Geocrítica**, Bogotá, 2012.

ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **R. B. Estudos urbanos e regionais**. Vol.9, Nº1, 2007.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. Disponível em www.embrapa.br. Acessado em: 23 de Janeiro de 2016

FERREIRA, Enéas R.; ALVES, Flamarion D. Organização espacial da cana-de-açúcar no estado de São Paulo: Uma análise evolutiva. GPET, UFSM, 2009.

FREDERICO, Samuel. Imperativo das exportações e especialização agrícola do território brasileiro: das regiões competitivas à necessidade de regiões cooperativas. **Revista Geografia**, v. 37, p. 5-18, Rio Claro, 2012.

FREDERICO, Samuel. O novo tempo do Cerrado: Expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Tese para obtenção do título de doutor. USP, São Paulo, 2008.

GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, v.21, n.3, p.5-34, 1991.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, 1993.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades, 2010, Rio de Janeiro. Acessado em: 22 de Janeiro de 2016.

ISNARD, H. O espaço geográfico. Coimbra, Portugal: Livraria Almeida, 1982.

JORNAL CANAL DA BIOENERGIA. Edição Dezembro de 2011, Ano 6, Nº63, Goiânia.

JORNAL NOVACANA. Edição Junho de 2014. Acessado em: 19 de Novembro de 2015

JORNAL PARANÁ. Edição Agosto de 2014. Acessado em: 19 de Novembro de 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 6ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 1980.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NETO, Martin M. De sucroalcooleiro a sucroenergético: a construção de um campo organizacional. ANPOCS, Caxambú, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A mundialização da agricultura brasileira. 12º Colóquio internacional de Geocrítica, Colômbia, 2012.

PECK, J; TICKELL, A. Neoliberalizing Space. **Antipode**, V.34 p. 380-404, USA, 2002.

PEREIRA, Mirlei F. V. O território sob o “Efeito Modernizador”: a face perversa do desenvolvimento. Revista **Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol. 8, N. 13, 2006.

- PEREIRA, Mirlei F. V.; KAHIL Samira P. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena. **Campo-território**. V.5, n10, 2010.
- PIRES DO RIO, G. A. Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel. In: BERNARDES, J. A & ARACRI, L. A. S. **Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: Limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011.
- RAMOS, Dulcinéia A. R. Território e Indústria: As empresas metalomecânicas em Sertãozinho. Dissertação para obtenção do título de mestre. UNESP, Presidente Prudente, 2009.
- RAMOS, Dulcinéia A. R.; SOUZA, José G. de. As transformações do setor sucroalcooleiro e seus impactos na composição orgânica do capital: uma análise do setor no município de Sertãozinho–SP. **Mercado de Trabalho Agrícola**, 2010.
- RAMOS, Dulcinéia A. R.; SOUZA, José G. de.; BORGES, Ana C. G. Determinantes de competitividade do subsetor metalomecânico no município de Sertãozinho (SP). **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 02, nº. 32, 2009.
- RAMOS, Pedro. Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e...atual?. **História econômica & história de empresas** XIV. Nº2 (2011).
- REVISTA ENERGIA BUSINESS. Edição 08, ano 01, Maio de 2014.
- RICUPERO, Rubens. Integração externa, sinônimo de desintegração interna? **Estudos Avançados**, 2000.
- SANT'ANNA, Letícia M. A formação do complexo agroindustrial sertanezinho. 14º EGAL, 2013.
- SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Revista **Território** n.6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. EDUSP, São Paulo, 2004.
- SHIKIDA, Pery F. A.; MORAES, Márcia A. F. D. de; ALVES, Lucílio R. A.; Agroindústria canavieira do Brasil: intervencionismo, desregulamentação e neocorporatismo. **Revista de economia e agronegócio**. Vol. 2, nº3, 2004.
- SILVEIRA, Maria L. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**, v. 2, Ano 20, n. 23, 2004.
- SILVEIRA, Maria L. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, 2010.

- SILVEIRA, Maria L. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. Revista **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XV, 2011.
- SILVEIRA, Maria L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – A história de um livro. **ACTA Geográfica**, Ed. Esp. Cidades na Amazônia Brasileira, 2011.
- SIQUEIRA, Paulo H. de L.; Análise das estratégias de crescimento e de localização da agroindústria canavieira no Brasil e suas externalidades. Tese para obtenção de título de pós-doutorado. UFLA, Lavras, 2013.
- SPADOTTO, Bruno R. Especialização regional e centralização de capital: O mercado sucroenergético e a vulnerabilidade territorial de Piracicaba (SP). 14º EGAL, 2013.
- SZMRECSANYI, Tamás. **Agroindústria canavieira: avaliação do planejamento no Brasil**. Editora Brasiliense, 1977.
- SZMRECSANYI, Tamás; GONÇALVES, Daniel B. Efeitos socioeconômicos e ambientais da expansão da lavoura canavieira no Brasil. **Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos)**, Rio de Janeiro, 2009.
- SZMRECSANYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo P. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados**, V. 5, n. 11. São Paulo, 1991.
- VIAN, Carlos F. V.; BELIK, Walter. Os desafios para a reestruturação do complexo agroindustrial canavieiro do Centro-Sul. **Economia**. V.4, nº1, Niterói, 2003.
- XAVIER, Carlos V.; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria L. - Monopólio da Produção de Etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2011.
- XAVIER, Carlos V.; PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria L. – A crise econômica mundial e a dívida do agronegócio canavieiro. **Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.